

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 27 | Nº 267 | SETEMBRO DE 2022

ENTREVISTA

Alexandre Haubrich:
seis anos de ataques
à classe trabalhadora

IDEIAS

Caminhos da classe
operária na história
de Porto Alegre

Foto: Igor Sperotto



A nova Idade Média das ruas

A pandemia duplicou o número de brasileiros que não têm o que comer, e a crise, o desemprego, cortes de investimentos sociais e inflação rebaixaram as condições de vida ao extremo. Em Porto Alegre, são 202 mil em estado de pobreza e 37 mil que vivem na miséria

EDITORIAL

A fome está em toda a parte

Fome, desemprego, estagnação econômica, aniquilação das políticas públicas. A vida dos brasileiros piorou muito nos últimos anos, e a culpa não é integralmente da pandemia. O país entrou no segundo semestre com uma taxa de desemprego oscilando em 10%, quase 10 milhões de desempregados, 4,3 milhões de desalentados – aqueles que desistiram de procurar trabalho – e quase 40 milhões de pessoas na informalidade.

É uma combinação explosiva de indicadores negativos, os quais, associados com desmandos na condução do país e descontrole dos preços dos alimentos, empurram milhares de pessoas para a fome, a vida nas ruas, uma nova Idade Média visível em centros como São Paulo e Porto Alegre, mas também presente no cotidiano de pequenos municípios Brasil afora.

A fome, a luta diária por sobrevivência e a multiplicação de pessoas em situação de rua são o tema central desta edição, que também aborda o modelo agrícola perverso adotado pelo país há décadas e que combina a redução do plantio de alimentos com a multiplicação das lavouras de soja e outras monoculturas para exportação.

Na entrevista do mês, o jornalista Alexandre Haubrich analisa os últimos seis anos de reformas e retrocessos de direitos da classe trabalhadora, tema do livro *Direitos Golpeados – Os ataques aos trabalhadores brasileiros de 2016 a 2022*, que ele está lançando pela editora Insular.

As grandes empresas de comunicação atuaram na cobertura e como interessados diretos nas reformas trabalhista e da Previdência, constata o autor ao abordar os sucessivos ataques à legislação trabalhista. “O capital e seus diferentes braços foram os artífices das reformas”, aponta.

Ainda sobre o mundo do trabalho, o historiador Frederico Bartz, da Ufrgs, aborda os locais de organização e mobilização da classe trabalhadora na capital gaúcha e a memória dos movimentos que estão mapeados no projeto Caminhos Operários em Porto Alegre.

O trabalho enfoca um longo período histórico, que se inicia com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, passando pela Revolução de 1930 e se encerrando no Estado Novo.

“Esse período coincide com o avanço das relações capitalistas e das suas contradições, marcando, também, o surgimento do movimento operário e o desenvolvimento de uma solidariedade de classe ativa entre os trabalhadores e as trabalhadoras”, destaca o autor, que abordou, ainda, a luta de classes e os movimentos antifascistas organizados por trabalhadores na capital gaúcha de 1920 a 1940.

Confira ainda nesta edição: Luis Fernando Verissimo, Marcos Rolim, Marco Weissheimer, Fraga, Edgar Vasques e Rafael Corrêa.

Boa leitura!



04 ENTREVISTA

O jornalista Alexandre Haubrich analisa seis anos de ataques aos trabalhadores

07 WEISSHEIMER

A morte do último habitante da terra indígena Tanaru

08 IDEIAS

Os caminhos da classe operária na história de Porto Alegre

10 MOVIMENTO

Brasil prioriza o plantio de soja para exportar e produz menos alimentos

13 EDUCAÇÃO

Justiça condena escola que demitiu professor por comentário no Twitter

14 ESPECIAL

Fome, desemprego e crise econômica empurram milhares para as ruas

18 ENSINO PRIVADO

Eleições Sinpro/RS recebem inscrições de chapas até 14 de setembro

22 ROLIM

A liberdade para os lobos

23 ARTE +

Livro resgata origens medievais da fábula *Chapeuzinho Vermelho*

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

Redação: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Estágio em Jornalismo: Douglas Glier Schütz

Colaboradores: Cristina Ávila, Marcelo Menna Barreto e Stela Pastore

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio

Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Tiragem: 25 mil exemplares

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283
extraclasse@sinprors.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) fb.com/jornalextraclass instagram.com/jornalextraclass

Violência em terras indígenas

SANTIAGO



Invasões, exploração ilegal de recursos, danos ao patrimônio ambiental, violências e assassinatos de lideranças. As investidas predatórias de madeireiros, grileiros e garimpeiros contra os territórios indígenas aumentaram de forma assustadora pelo sexto ano consecutivo no Brasil. Em 2021, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) registrou 305 invasões em 226 terras indígenas. Ao todo, 22 estados registraram esse tipo de investida. No ano anterior, foram 263 casos em 201 terras, em 19 estados. O levantamento está no relatório *Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil*, publicado em agosto pelo Cimi com dados de 2021.

Sem demarcações nem proteção

O documento também revela que, no ano passado, as invasões acompanhadas de violências contra os povos indígenas triplicaram no Brasil. O Cimi destaca que o governo federal manteve, pelo terceiro ano consecutivo, a sua diretriz de paralisação das demarcações de terras indígenas e omissão completa em relação à proteção das terras já demarcadas. "Se, do ponto de vista da política indigenista oficial, essa postura representou continuidade em relação aos dois anos anteriores, do ponto de vista dos povos, ela representou o agravamento de um cenário que já era violento e estarrecedor", constata.



"O que existe no Brasil é um derramamento de sangue"

O Estado brasileiro está pulverizando o ódio e promovendo um derramamento de sangue entre os povos indígenas, apontou a representante da Grande Assembleia dos povos Guarani e Kaiowá (Aty Guasu), a jovem Kaiowá Erileide Domingues, durante encontro no âmbito das Nações Unidas. Ela afirmou que o país "é cego, surdo e mudo". A manifestação ocorreu durante a pré-sessão da Revisão Periódica Universal (RPU), no dia 30 de agosto, no espaço da ONU em Genebra, na Suíça. A pauta do encontro, realizado de 29 de agosto a 2 de setembro, foi a situação de direitos humanos no país e a preparação da sessão que deve acontecer em novembro deste ano. Durante o evento, o governo brasileiro foi duramente criticado por organizações da sociedade civil.

Ao embaixador do Brasil na ONU, Tovar Nunes, e demais representantes dos países que compõem as Nações Unidas, Erileide exigiu um basta de mentiras e afirmou que a crise sanitária da covid-19 agravou ainda mais a situação dos povos originários no país. "Os povos indígenas estão sofrendo há décadas, sendo massacrados e alvo de muita violência por falta de

território. Disputamos o que é nosso com agronegócio, colocamos nossas vidas em risco", denunciou.

Das 1.393 terras indígenas no país, 871 seguem com alguma pendência para sua regularização, o que significa duas de cada três sem demarcação; e 598 permanecem sem nenhum trâmite feito por parte do Estado, aponta o relatório do Cimi. "O território é o mais importante para nós, povos indígenas. Nós existimos e a paralisação na demarcação representa um dos principais ataques contra os povos, gerando muita insegurança e violência", destacou

Erileide que, junto ao seu avô, de 104 anos, lidera o tekoha Guyra-roka, no Mato Grosso do Sul.

A liderança cobrou que o Brasil se mantenha como signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e garanta, efetivamente, o direito dos povos indígenas à consulta prévia, livre e informada; que reconsidere sua posição institucional acerca da Declaração da ONU sobre os direitos indígenas, que o atual governo tem criticado; e que retome e melhore a Política Nacional de Atendimento à Saúde Indígena e o sistema de educação escolar indígena.



Liderança Kaiowá fez duras críticas à forma como o governo brasileiro trata os povos originários: "Cego, surdo e mudo"

Seis anos de ataques aos trabalhadores



Fotos: Bruna Andrade

por César Fraga

O jornalista Alexandre Haubrich está lançando o livro *Direitos Golpeados – Os ataques aos trabalhadores brasileiros de 2016 a 2022*, pela editora Insular, no qual analisa o comportamento das grandes empresas de comunicação na cobertura e como interessados diretos nas reformas trabalhista e da Previdência, além de sucessivos ataques à legislação trabalhista. Ele conversou com o *Extra Classe* sobre a obra e avalia como, durante os governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, foram sistematicamente retirados os direitos dos trabalhadores. Para Haubrich – que se especializou no tema a partir de sua tese de doutorado há dois anos –, “os quatro anos de governo Bolsonaro tiveram momentos de maior ou de menor aceleração do desmonte de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, porém, desde o início, representam o ponto central do projeto de país defendido por ele”. Alexandre Haubrich é jornalista, doutor em Comunicação e Informação pela Ufrgs e, também, escreveu os livros *Mídias Alternativas – A Palavra da Rebeldia* (Insular) e *Nada será como antes – 2013, o ano que não acabou na cidade onde tudo começou* (Libretos)

Extra Classe – De acordo com a sua observação, quais são os principais grupos econômicos que financiaram e financiam as reformas e demais iniciativas que retiraram os direitos dos trabalhadores?

Alexandre Haubrich – Especificamente na minha pesquisa sobre a reforma trabalhista de 2017, identifiquei que a construção do debate e dos embates em torno desse projeto foi conformada a partir de dois grandes grupos. Um deles, vinculado aos trabalhadores, reunia sindicatos, centrais sindicais, movimentos populares, partidos de oposição, mídia alternativa e alguns outros atores da sociedade civil, e se posicionava contra a reforma e em defesa dos direitos. Por outro lado, tínhamos o grupo vinculado ao capital, com entidades representativas dos grandes empresários, partidos governistas, grande mídia, e que não apenas defendeu, como construiu a reforma.

EC – E os grandes grupos econômicos?

Haubrich – O capital e seus diferentes braços foram os artífices daquela reforma, como já foram do golpe que retirou Dilma Rousseff (PT) da Presidência justamente com o objetivo de abrir as comportas e acelerar o desvio do Estado em direção aos seus interesses. Basta ver o documento que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou pouco depois de Temer assumir interinamente, “119 propostas para a competitividade com impacto fiscal nulo”, que já continha a linha da reforma trabalhista que seria aprovada depois. Lógicas muito semelhantes apareceram depois com as outras reformas e propostas das quais trato no livro.

EC – De que forma os agentes do capital agem no Parlamento para fazer aprovar as reformas?

Haubrich – No caso específico da reforma trabalhista – mas, mais uma vez, podemos extrapolar essa lógica para as demais propostas que interessam de forma central ao capital – o que vi na minha pesquisa foi uma atuação muito irmanada entre os diferentes poderes: poder político, poder

econômico e poder midiático estiveram juntos no golpe, na reforma trabalhista, na reforma da Previdência, na reforma administrativa e nos demais temas que tratam das relações capital x trabalho. Muitas das emendas ao texto original, inclusive, foram redigidas diretamente nas sedes das entidades empresariais e apenas assinadas pelos parlamentares que as apresentaram. Além disso, pressionaram o Congresso por meio de painéis, reuniões e outras estratégias as mais diversas. O mesmo, é claro, fizeram os atores não foram ouvidos, não tiveram suas reivindicações contempladas na forma como o projeto avançou. Chamo isso de “impermeabilidade seletiva” do Estado: apenas as demandas do capital conseguem adentrar aos espaços decisórios.

EC – Nossa democracia representativa é falha, considerando que privilegia o lobby do grande capital, com pouca representação para interesses de trabalhadores?

Haubrich – Bom, aí entramos em um problema mais amplo, que é toda a construção do sistema político brasileiro, com uma grande gama de partidos fisiológicos, com uma mídia hegemônica que silencia os trabalhadores e com a tragédia que é o financiamento privado das campanhas. Poderíamos ir mais a fundo e discutir a própria democracia representativa em contraposição à inclusão de mais mecanismos de democracia direta. Mas, mesmo que fiquemos mais na superfície, é fácil identificar problemas como os que citei anteriormente. A verdade é que os trabalhadores e as trabalhadoras são sub-representados no Parlamento, mas também na mídia. As centrais sindicais, por exemplo, que, em tese, representam o conjunto dos trabalhadores, só conseguem falar em seus próprios veículos de mídia, com exceção dos momentos em que são chamadas apenas para contrapor um consenso que já impera nas páginas dos jornais ou nos canais de televisão e nas emissoras de rádio e que são favoráveis à precarização do trabalho como forma

de ampliar a margem de lucro do grande empresariado.

EC – Os sindicatos e as centrais são boicotados na grande mídia?

Haubrich – A presença dos trabalhadores na mídia hegemônica é basicamente marginal. Além disso, o problema da sub-representação da classe trabalhadora no Parlamento e os troca-trocas gerados pelo financiamento privado das campanhas abrem as portas diretamente para que os interesses dos empresários prevaleçam. Vivemos uma aceleração desse processo com Michel Temer e, depois, com Bolsonaro, com governos que se vinculavam diretamente a esses interesses e construíram, ombro a ombro com o poder econômico, as reformas que vêm jogando a maioria do povo brasileiro na pobreza e na miséria.

EC – De que forma os meios de comunicação aderiram ao reformismo de modelo neoliberal, leia-se, a Reforma da Previdência e a Trabalhista? Era comum, por exemplo, na TV Globo e GloboNews a utilização do bordão “reformas necessárias” a cada menção a elas, mesmo em espaços que deveriam ser de informação. Que outros exemplos você destacaria?

Haubrich – Durante boa parte do período em que o Brasil esteve sob a Ditadura Militar, os grandes jornais, que haviam apoiado o golpe de 1964, fizeram uma oposição aguada ao governo. Criticavam a tortura e a censura, mas não questionavam o projeto de país que era implementado, especificamente no setor econômico. Isso porque a Ditadura foi formada e sustentada a partir de setores do grande empresariado, ao qual essa mídia estava e está vinculada. Hoje, acontece algo semelhante: boa parte da mídia questiona Bolsonaro e o bolsonarismo por seus “excessos”, mas aplaude a agenda econômica que foi formada com Temer e aprofundada com Bolsonaro e Paulo Guedes. Assim, defenderam a reforma trabalhista argumentando, em uníssono com o governo e os empresários, que ela geraria empregos, o que não aconteceu; defenderam a refor-

ma da Previdência argumentando que a Previdência brasileira era deficitária, o que não é verdade. Defenderam a reforma administrativa afirmando que o serviço público brasileiro é inchado, o que também não é verdade. São chavões que funcionam como pretextos para aprovar propostas que favorecem poucos e prejudicam muitos. São tentativas de apresentar como de interesse público a maioria das propostas que são de interesse privado.

EC – Quais foram as principais empresas de comunicação e de que maneira elas consolidaram seu apoio ao tema das reformas?

Haubrich – Podemos citar no sentido que falei anteriormente a Rede Globo, a Folha de S. Paulo, o Estadão, a Editora Abril (notadamente com a revista *Veja*), a Band... no caso do Rio Grande do Sul, o Grupo RBS e o Correio do Povo, com suas respectivas rádios e emissoras de televisão. As poucas famílias que controlam a maior parte da comunicação massiva no Brasil (um dos países com maior índice de concentração de mídia) atuam de forma muito semelhante na defesa dos mesmos interesses e da mesma agenda formulada pelo capital.

EC – Como observador destes anos de retirada de direitos, você diria que existe volta?

Haubrich – Sempre existe volta. A História não acaba, a luta de classes não para. Neste momento, é preciso planejar e construir esse retorno, tendo como pautas centrais e concretas a revogação urgente e imediata das reformas. Mas, como a História se move, como a sociedade se move, penso que a luta não pode ser por fixar direitos, mas por seguir ampliando-os. Assim, temos um contexto no qual os sindicatos precisam se fortalecer, encontrando saídas para as novas dinâmicas do trabalho, para manter sua vinculação com suas bases e seu entendimento como parte da classe. A luta organizada será o único caminho capaz de recuperar direitos perdidos e situar os trabalhadores, em meio às novas dinâmicas nas quais estão inseridos, como parte da classe trabalhadora.

EC – Quais dinâmicas?

Haubrich – Quando falo em novas dinâmicas, me refiro a um movimento global de precarização do trabalho e também aos desafios sugeridos pelas transformações tecnológicas. Se a política dos “de baixo”, se a política da classe trabalhadora não acompanhar essas transformações e encontrar formas de direcioná-las para os interesses e necessidades da classe, seremos atropelados pelo neoliberalismo, pelo capital e pela superexploração do trabalho. À parte isso, precisamos, em outubro, eleger um presidente e parlamentares comprometidos com a revogação das reformas e com os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

EC – Como você compara os três últimos governos no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores?

Haubrich – O governo Dilma foi um período de contradições, com direitos conquistados e outros perdidos. Tivemos conquistas importantes, como a política de aumento real do salário mínimo, a lei dos empregados domésticos e o combate ao trabalho análogo à escravidão. Por outro lado, entre 2014 e 2015 o governo apresentou e conseguiu aprovar medidas provisórias que dificultavam a efetivação de alguns direitos, como o seguro-desemprego (MP 665/2014) e a pensão por morte e o auxílio-

-doença (MP 664/2014). Mas se tratava de um governo em disputa, cuja agenda em relação aos direitos trabalhistas oscilou.

EC – E o impeachment?

Haubrich – O golpe de 2016 veio para acabar com essa disputa e acelerar um processo de desmonte da legislação trabalhista. Temer foi o agente do capital para isso. É nesse contexto que tem início o processo que segue hoje, de retirada sistemática de direitos sem qualquer debate com a sociedade. Para Temer, isso era um pouco mais difícil, já que não tinha popularidade alguma e sua legitimidade sempre foi questionada. Com Bolsonaro, o processo foi aprofundado com mais facilidade, tanto pela chancela das urnas – embora tenhamos que discutir o que aconteceu nas eleições de 2018, com o impedimento da candidatura do favorito à Presidência e o disparo massivo de *fake news* –, quanto pela vocação autoritária de Bolsonaro e do bolsonarismo. No atual governo, em meio a uma montanha diária de ataques aos direitos, à democracia e às instituições, medidas que retiram ou relativizam direitos trabalhistas são formalizadas silenciosamente, até mesmo por meio de decretos ou medidas provisórias. O livro trata de algumas delas, como as contratações via “carteira verde amarela”, sem direitos, ou a mais destacada, a reforma da Previdência (que Temer não conseguiu aprovar).

“A presença dos trabalhadores na mídia hegemônica é basicamente marginal. Além disso, o problema da sub-representação da classe trabalhadora no Parlamento e os troca-trocas gerados pelo financiamento privado das campanhas abrem as portas diretamente para que os interesses dos empresários prevaleçam”

EC – Quais são as situações mais absurdas constatadas no seu livro?

Haubrich – Já citei algumas nas respostas anteriores, mas podemos repisá-las. O caso das emendas à reforma trabalhista, por exemplo, é escandaloso. Aquele projeto nasceu pequeno, com um texto curto e breve, justamente para ser emendado e construído durante a tramitação pelas organizações empresariais. A reportagem do *The Intercept* que identificou, via metadados, que muitas emendas foram escritas nos escritórios dessas organizações revela um escândalo de desvio da democracia. Outro absurdo que posso citar é a aprovação de medidas que causam grave impacto no mundo do trabalho por meio de medidas provisórias e decretos, como tem sido comum no governo Bolsonaro. No caso da reforma administrativa, da qual ainda não falamos aqui, felizmente, a luta dos servidores e servidoras impediu alterações legais de porções desastrosas, como o fim da estabilidade e a ampliação de formas de contratação pelo Estado sem concurso público, o que abriria caminho para a destruição dos serviços públicos como os conhecemos hoje – com todas as suas limitações, mas que garantem direitos fundamentais à população.

porções desastrosas, como o fim da estabilidade e a ampliação de formas de contratação pelo Estado sem concurso público, o que abriria caminho para a destruição dos serviços públicos como os conhecemos hoje – com todas as suas limitações, mas que garantem direitos fundamentais à população.

EC – E na reforma da Previdência?

Haubrich – Outra situação absurda foi a tentativa de Bolsonaro e Paulo Guedes de incluir na reforma da Previdência uma proposta de transformação do sistema previdenciário no modelo chileno, de capitalização. Isso iria, a médio prazo, acabar com a Previdência pública brasileira e jogar milhões de futuros aposentados e aposentadas na fome e na miséria. Entre tantos absurdos que vivenciamos nos últimos anos, felizmente, alguns foram impedidos de se consolidar pela força viva da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras.

RESOLVA SUAS DÚVIDAS JURÍDICAS DE FORMA PRÁTICA, RÁPIDA E 100% ONLINE.

O Cainelli Advogados é uma assessoria jurídica que conta com especialistas na defesa dos direitos de professores, e que oferece **consultas gratuitas** aos representados pelo SINPRO/RS.

Agende agora um atendimento remoto ou presencial e descubra tudo o que podemos fazer na luta pelos seus direitos previdenciários e trabalhistas.

Acesse o QR Code e fale com um de nossos especialistas.



CAINELLI
ADVOGADOS

AO SEU LADO, POR SEUS DIREITOS.

cainellivadogados.com.br

Porto Alegre
Av. Praia de Belas, 1212, sala 1321
51 3237.2781

51 98060.3579

Bento Gonçalves
R. General Osório, 248 - Centro
54 3452.1906



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

O Brasil do buraco

Há uma confluência de violências e massacres fundadores do Brasil como nação, e essas marcas de brutalidade e crueldade seguem presentes como comportamento social reproduzido e estimulado pela impunidade



Foto: Funai/ Divulgação

"O último habitante da terra indígena Tanaru vivia isolado em seu território cercado de fazendas de gado em uma das regiões mais violentas do Brasil"

A notícia da morte do único habitante da terra indígena Tanaru, localizada no estado de Rondônia, o último sobrevivente de seu povo, é mais um capítulo da história de violência que é constitutiva da formação do Brasil como um país.

Essa violência está impregnada no nosso cotidiano e se espalhou de forma dramática pelos poros de todo o tecido social, a partir do momento em que foi eleito um presidente da República que, ao mesmo tempo, personifica essa história de violência e a venera, como se fosse uma verdadeira (falsa, na verdade) religião.

Conhecido como "o homem do buraco", o último Tanaru ganhou esse apelido por seu hábito de construir buracos profundos. A sua presença foi filmada por uma equipe da Funai, em 2018, durante um encontro inesperado.

Segundo a definição da organização Survival Brasil, que integra um movimento global de proteção aos povos indígenas, a terra indígena Tanaru é "uma pequena ilha de floresta em um mar de vastas fazendas de gado, em uma das regiões mais violentas do Brasil".

É uma ilha cercada pela ideologia (e sua correspondente prática) do "agronegócio é pop", o qual se infiltrou nas estruturas de poder político institucional e nos grandes meios de comunicação do país. O agronegócio brasileiro é corresponsável, hoje, pelo avanço da destruição ambiental na Amazônia e pela violação de direitos de povos indígenas, além de sustentar um governo inimigo da democracia, dos direitos humanos, da diversidade e da liberdade de expressão.

O buraco de perversão e violência que marca o passado e presente do Brasil parece não ter fundo, e o país está, atualmente, mergulhado nele como se estivesse em uma queda livre.

Ao contrário do que ainda se apregoa na maioria dos livros escolares, a história do Brasil está profundamente marcada pela violência, pelo extermínio de povos inteiros e pela tortura institucionalizada.

Qual seria o impacto de, ao se ensinar a história do Brasil nas escolas, fossem relatados os assassinatos e as torturas cometidos contra milhões de indígenas, negros escravizados, camponeses

e trabalhadores pobres? Hoje, é claro, um professor ou uma professora de História que desejasse fazer isso possivelmente perderia o emprego.

Em seu livro *O Povo Brasileiro*, Darcy Ribeiro nos conta que, em 1500, os portugueses chegaram em uma terra que abrigava cerca de 1 milhão de índios, quase a mesma população de Portugal na época. As décadas que se seguiram a essa chegada foram um período de violência, morte e extermínio.

Os povos que aqui resistiram à chegada do invasor foram, progressivamente, massacrados e escravizados. Sobre essa confluência de escravidões, violências e extermínios, e como ela se tornou constitutiva da nossa história e da sociedade que acabou resultando dela, Darcy Ribeiro escreveu:

"Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possesora que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos".

Há uma confluência de violências e massacres que são fundadores do Brasil como nação, e essas marcas de brutalidade e crueldade seguem presentes até hoje, não como uma característica biológica, mas como comportamento social reproduzido e estimulado pela impunidade (e pelos atuais governantes do país).

Essa é a verdadeira impunidade que segue reinando no Brasil, sendo atualizada e legitimada institucionalmente a cada geração. Esse processo de legitimação começa desde o topo da cadeia jurídica, desde a Corte Suprema, que segue mantendo os torturadores ao abrigo da Lei da Anistia e assiste, passivamente, ao alastramento da barbárie pelo país.

A morte do "índio do buraco" nos mostra, mais uma vez, que não haverá solução aceitável para os problemas políticos, econômicos e sociais brasileiros se não tirarmos as vendas dos olhos, se não traçarmos os mapas que ligam nosso passado e nosso presente e se não tivermos a coragem de olhar para a gênese da crueldade e a brutalidade que seguem presentes na sociedade e no Estado brasileiro.

Territórios e memória da classe operária em Porto Alegre



Foto: Jener Gomes/Divulgação

A centenária sede do Sindicato dos Estivadores, que ainda está em uso pela categoria, na Rua André da Rocha, no Centro Histórico da capital gaúcha

por Gilson Camargo

Os locais de organização e mobilização da classe trabalhadora na capital gaúcha estão mapeados no projeto *Caminhos Operários em Porto Alegre*, iniciativa do historiador Frederico Duarte Bartz. Mestre e doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Bartz é técnico em assuntos educacionais na Faculdade de Arquitetura dessa mesma

universidade e é autor do livro *O horizonte vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920* (Sulina, 319 p. 2017).

Com esse projeto, ele amplia o tema geral das suas pesquisas sobre o movimento operário com uma nova abordagem que incorpora as questões de território, patrimônio e memória. O objetivo é identificar e tornar conhecidos os

lugares de memória da luta operária, retratados em textos e fotos na página virtual do projeto – que virou curso de extensão da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Ufrgs.

“A ideia de um trajeto de memória que tivesse como objetivo resgatar a história da classe trabalhadora de Porto Alegre foi desenvolvida a partir de 2015, provocada pelos debates sobre o

direito à cidade que se intensificaram durante as Jornadas de Junho de 2013 e, no caso da capital do RS, se mantiveram vivos nos anos seguintes através de diversas mobilizações contra a privatização dos espaços públicos”, relata o pesquisador. A iniciativa mostra, ainda, preocupação com questões como raça, etnia, gênero, nacionalidade e orientação política da classe trabalhadora.

Capacidade de mobilização

De acordo com Bartz, o debate está centrado na valorização dos locais em que trabalhadores e trabalhadoras atuavam como classe, principalmente através de suas organizações. “Esses sujeitos não eram apenas operários e operá-

rias em seus lugares de trabalho. Fora das fábricas e das oficinas, essas pessoas se encontravam e se identificavam como classe, se engajando em movimentos poderosos, que, muitas vezes, paravam a capital gaúcha”, ressalta.

O *Caminhos Operários* enfoca um longo período histórico, que se inicia com a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, passando pela Revolução de 1930 e se encerrando no Estado Novo.

“Esse período coincide com o

avanço das relações capitalistas e das suas contradições, marcando, também, o surgimento do movimento operário e o desenvolvimento de uma solidariedade de classe ativa entre os trabalhadores e as trabalhadoras”, sublinha.

Itinerários da luta de classes

As seis caminhadas são realizadas em diferentes regiões da cidade: no Centro Histórico; na Cidade Baixa e Azenha; nos bairros Rio Branco e Bonfim; no Floresta e São Geraldo; no Partenon e Santo Antônio e na Tristeza.

Alguns dos pontos visitados são antigos locais de moradia, outros eram de trabalho, porém o principal foco são aqueles de organização da classe operária. “Nesse caso, os locais visitados causam surpresa, porque costumamos passar por casinhas de porta e janela ou pequenos sobrados, que eram residências de militantes ou tavernas, mas que serviam para reuniões de sindicatos ou de outras associações operárias. Hoje, a maior parte desses lugares está completamente anônima, pois quase ninguém sabe o quão importante foram para o passado

da classe trabalhadora em Porto Alegre”, relata.

Bartz destaca que muitos dos locais onde o movimento operário se reunia foram destruídos, daí a importância de valorizar as edificações que restaram.

“Há lugares que ainda estão de pé, mas que são pouco conhecidos: o local onde funcionava o jornal *Gazetinha*, na Rua dos Andradas, 1257; a antiga sede da Federação Operária, na Rua do Parque, 460; a Sociedade Florida, na Rua Comendador Azevedo, que abrigava as reuniões dos socialistas alemães; a sede do Sindicato dos Estivadores, na Rua André da Rocha, que se encontra em uso pela categoria até os dias de hoje; a antiga Livraria Internacional, lugar onde se organizava o movimento antinazista, na Rua Voluntários da Pátria, 1095...”, enumera.



Foto: Google Street View/ Reprodução

Antiga sede da Federação Operária, na Rua do Parque, 460

Descaso e resistência

A pesquisa aponta, também, o descaso do poder público quanto à memória, à história e ao patrimônio arquitetônico da capital gaúcha.

“Em relação à história do movimento operário e da classe trabalhadora, tenho muito medo dos efeitos da especulação imobiliária e das possíveis demolições em

série que podem se suceder com as mudanças no Plano Diretor da cidade. Não vejo, da parte da Prefeitura Municipal, por exemplo, uma preocupação em fazer uma prospecção sobre locais que deveriam ser preservados e que são significativos na história da cidade. A demolição da casa do escritor Caio Fernando Abreu é

uma consequência prática disso. Para não ficar apenas na perspectiva de quem aponta defeitos sem apresentar soluções, acredito que muitos desses lugares poderiam se tornar pequenos centros de convívio comunitário, bibliotecas públicas, museus de bairro, etc...”

Para o autor, apesar da atual conjuntura de precarização do tra-

balho e direitos, violência do Estado e desmobilização das massas, ainda faz sentido falar em classe trabalhadora, mas não nos mesmos termos do começo do século 20. “Mesmo que se negue a sua existência ou se mude sua denominação, o trabalho e a classe trabalhadora seguem existindo”, constata.

Protagonismo feminino e imprensa antifascista

Porto Alegre foi pródiga em movimentos que lutavam contra o fascismo entre 1920 e 1940. São pouco conhecidos atualmente, no entanto eram muito diversos, variando conforme a comunidade em que surgiam e o movimento fascista que combatiam. O Grêmio Giacomo Matteotti, dos antifascistas italianos, e o Centro Republicano Espanhol eram reduto de profissionais liberais e de intelectuais. Enquanto isso, a Liga dos Direitos Humanos dos antinazistas alemães e o Comitê Antiguerrero eram formados por militantes brasileiros da classe operária.

Já a comunidade judaica combatia os integralistas através de seus clubes sociais, como o Grêmio Esportivo Israelita, e os bielorrussos e ucranianos criaram a União

e Luz Operária para lutar contra os efeitos do expansionismo polonês. A organização da classe trabalhadora na capital gaúcha também foi marcada pela imprensa engajada, em uma época em que, com frequência, não existiam entidades sindicais para representar as categorias profissionais. “Porto Alegre teve muitos jornais operários ou populares, com destaque para a *Gazetinha*, *O Exemplo*, o *L’Avvenire*, *A Democracia*, *A Luta*, *O Sindicalista*, o *Der Freie Arbeiter*, o *Aktion* e a *Voz do Trabalhador*”.

Apesar de ser liderado por homens na Primeira República (1889-1930), o movimento operário teve forte organização e atuação feminina. “Na década de 1890, as operárias socialistas Elisa Sonnens-

trahl e Leopoldina Schacherslehner aparecem discursando para suas companheiras de classe. Nas Greves Gerais de 1906 e 1917, temos registro de grandes mobilizações de trabalhadoras, principalmente na região dos Navegantes, que reunia um grande número de tecelãs, que era uma das categorias mais combativas”, ilustra.

A organização das mulheres seria mais marcante nos anos 1920, com o surgimento de entidades como o Centro Libertário Feminino, liderado por Alzira Werkhauser e Cantalice Grecco, por exemplo.

Frederico destaca que esse surgimento também se vincula a um movimento internacional mais amplo, de surgimento de organizações

feministas que lutavam por igualdade nas condições de trabalho e pautas específicas. “Nos anos 1930, o Comitê Antiguerrero tinha em sua direção duas mulheres, Edelmira Flores Cabral e Laura Longe, em uma organização onde as tecelãs também se destacavam”, completa.



Foto: Reprodução

Frederico Bartz



Foto: Federação da Agricultura PR

Entre as safras de 1976/77 e 2020/21, a produção de soja cresceu 454%, enquanto o país perdeu 72% das áreas de arroz, 35% de feijão e 14,7% de trigo

Mais grãos, menos comida na mesa

por Cristina Ávila

Quem assumir a presidência da República em janeiro de 2023 terá pela frente o desafio de equacionar um modelo agrícola que abandonou quase por completo a produção de alimentos fundamentais para a saúde e priorizou as monoculturas e a exportação. O fracasso desse modelo, que, na sua maioria, produz commodities, riqueza para poucos, além de muita degradação ambiental, pode ser medido também na escalada da fome e na alta dos preços dos alimentos. Hoje, 126,2 milhões de brasileiros não têm garantidas as refeições todos os dias em quantidade e qualidade necessárias, ou seja, mais de um terço da população está exposta à fome no país das superssafras de grãos

As lavouras de grãos destinadas majoritariamente às exportações devem atingir 272,5 milhões de toneladas no ciclo 2021/2022, cultivadas em 73,8 milhões de hectares, o que representa um crescimento de 6,7% em volume e 4 milhões de hectares a mais em relação à temporada anterior, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Para se ter uma ideia da expansão deste setor, entre as safras de 1976/77 e 2020/21, por exemplo, a produção de soja cresceu 454%, enquanto o país perdeu 72% das áreas de produção de arroz, 35% de feijão e 14,7% de trigo. Outra baixa: o cultivo da mandioca. A produção dessa planta nativa do Brasil, que não exige tantos insumos, despencou em 10 anos, de 23 milhões de toneladas em 2000 para 14,5 milhões em 2020. "Ou seja, menos 37% em 20 anos", ressalta o biólogo Paulo Brack, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

Um detalhe importante neste cenário marcado pela redução da oferta de alimentos: a população brasileira mais do que dobrou no período, tendo passado de 112 milhões para 215 milhões de pessoas.

"O agro não produz alimentos, mas *commodities*", afirma Brack, referindo-se às matérias-primas agrícolas que geram lucros nas bolsas de valores internacionais. Ele ressalta a prioridade dos cultivos voltados para a exportação para alimentar animais em sistemas de confinamento industriais em outros países, em detrimento do mercado interno que alimenta a população brasileira.

Paulo Brack fez estudos com base nos dados da Conab e constatou em números o paradoxo de um país que "exalta sua biodiversidade e aposta em um modelo agrícola predador: apenas a monocultura da soja já cobre mais de 40 milhões de hectares do território e converte biomas, do Pampa à Amazônia, em uma só cultura".

Um dos reflexos desse modelo agrícola, em um cenário de agravamento da crise econômica, é o descontrole dos preços. O litro do leite longa-vida, que já estava oscilando em R\$ 8,00, teve um aumento em julho de 14,21%. A alta acumulada no ano é uma das maiores, com aumentos semanais: 79,79%. As frutas ficaram 2,99% mais caras, e o frango em pedaços foi majorado em 3,08%.

Foto: Igor Sperotto



O Rio Grande do Sul tem 6,3 milhões de hectares plantados com soja. A maior parte dessa produção é para o mercado externo

A alta em 12 meses, a contar de julho, foi impulsionada por saltos de 39,7% no preço do arroz e 34,3% no das carnes. O óleo de soja também liderou, com disparo de 84,3%. O feijão variou de acordo com o tipo, 42,4% mais caro.

Em geral, os preços dos produtos dos alimentos dependem de diversos fatores, os quais passam pelos custos de produção, demanda nos mercados e, muitas vezes, do valor do dólar. E também da capacidade de regulação pelo governo federal quando sobem no mercado. Um dos instrumentos são os estoques historicamente mantidos pela Conab, que foram

fortemente impactados com o fechamento de 27 armazéns de um total de 126 que mantém hoje.

"A questão da Conab é muito importante. Os estoques reguladores se referem à comida. A partir do golpe de 2016, os governos neoliberais se descompromissaram de comprar e manter estoques de alimentos", frisa Paulo Brack.

Para ilustrar: os estoques de arroz, que em dezembro de 2011 estavam elevados, chegando a 1.492.344 toneladas, em todos os meses de 2022 (até julho) estiveram sempre abaixo de 2 mil toneladas. O feijão não tem estoques desde 2016 nos armazéns da Conab no país.

O impacto da monocultura no Rio Grande do Sul

Doutor em ecologia com especialidade em plantas alimentícias não convencionais (Pancs), Paulo Brack destaca um dos impactos da expansão da monocultura no Rio Grande do Sul: mais de 400 espécies de plantas nativas alimentícias seguem sumindo. "Várias das nossas frutas foram levadas para outros países, como o araçá, a feijoa, a cereja-do-rio-grande,

o butiá, ananás e maracujás que fazem sucesso lá fora", enumera.

Brack cita que somente o Rio Grande do Sul tem 6,3 milhões de hectares plantados com soja, que é majoritariamente exportada. O número significa quase a mesma área abrangida pelo grão nos anos 1970 em todo o Brasil. E os campos gaúchos têm também 1 milhão de hectares tomados por

silvicultura (florestas plantadas).

"A economia do RS tem como origem a pecuária e a erva-mate, e a manutenção do Pampa e das florestas nativas vem sendo engolida pela soja, monoculturas arbóreas de exóticas como eucalipto, pinus e acácia-negra, e outras monoculturas de exportação. Rondônia, que é um estado da Amazônia, já tem mais gado que o RS, e em pastagem originária de desmatamento", revela Brack.

Segundo o professor da Ufrgs, "aqui, a silvicultura comercial/industrial encaminhou proposta de novo Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS) ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) e deseja aumentar ainda mais sua área de lavouras de árvores, em sua maior parte, sobre o que resta dos campos nativos de pastagem, no bioma brasileiro que mais perdeu área de vegetação original, nos últimos 20 anos,

entre todos os biomas".

"No caso do eucalipto, 90% da produção segue para exportar pasta de celulose, para fabricar papel em outros países. Será que dá para fazer leite, queijo, manteiga de eucalipto? Vamos seguir importando alimentos e exportando *commodities* e fazendo de conta que é uma economia pujante?", questiona.

VENENOS – O sumiço das políticas públicas para a agricultura familiar, em grande parte orgânica, se dá em um país campeão no uso de agrotóxicos, com 2 milhões de toneladas jogadas nas lavouras anualmente, conforme Brack. São 680 mil toneladas de princípios ativos como o herbicida glifosato – "cancerígeno, mutagênico e disruptor endócrino" (hormonal) – o qual representa 55% das vendas. O biólogo ressalta que, em 2021, o Brasil liberou a utilização de 562 produtos agrotóxicos, usados para controle de pragas nas monoculturas.

Foto: Paulo Brack



Areal em Quaraí, no RS: rastro de destruição das monoculturas

Cortes nas políticas para a agricultura familiar

Os produtores que botam comida na mesa dos brasileiros só levaram bordoadas a partir do governo de Michel Temer, que em 2017 encaminhou ao Congresso Nacional a proposta orçamentária do país com cortes de até 99,8% dos recursos de ações estruturantes para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

"Hoje é zero. O PAA acabou", afirma o engenheiro agrônomo Álvaro Delatorre, do Setor de Produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Rio Grande do Sul (MST/RS), organização considerada responsável pelas maiores safras de arroz orgânico da América Latina nos últimos 10 anos.

As compras do governo federal garantiam distribuição de cestas básicas pela organização em 40 associações de bairros somente na Grande Porto Alegre.

O fim de políticas públicas como o PAA derrubou as vendas do arroz orgânico do MST/RS em 30% nos últimos dois anos, sendo influenciada também pela crise sanitária. A organização, porém, não deixou de produzir, mantendo excesso em estoques.

A safra 2021/2022 foi superior a

15,5 mil toneladas (3.196,23 hectares plantados), mesmo com custos de produção inflacionados, como o diesel usado não apenas no escoamento, mas também no trator nas lavouras, e como os adubos orgânicos, que também estão mais caros. Há, ainda, os custos administrativos das cooperativas produtoras. Mesmo assim, os resultados dos braços no campo são grandiosos.

Álvaro Delatorre revela que o MST/RS está empenhado no desenvolvimento de marketing para enfrentar as dificuldades do mercado convencional. "Aqui no RS, entramos na rede de um supermercado que nos pagou R\$ 4,60 pelo quilo do arroz orgânico, que chegou a R\$ 11 na gôndola. A estabilidade de preço fica na mão deles. Mas estamos acumulando experiências", relata.

Delatorre comenta que, "com a soja exportada a 30 dólares a saca, o Pampa, que não tinha zoneamento agrícola de risco climático favorável há dez anos, voltou (neste período) a ser interessante". Além disso, ele ressalta que o agronegócio tem incentivos fiscais em vigor, inclusive durante governos de esquerda, para exportações e comercialização de agrotóxicos.



Foto: Igor Sperotto

"O agro não produz alimentos, mas *commodities*", afirma Brack



Foto: Fredox Carvalho/Pexels

Veneno na lavoura: em 2021, o Brasil liberou a utilização de 562 produtos agrotóxicos para controle de pragas nas monoculturas

Novo App do Sinpro/RS

Mais prático, mais completo, muito mais do seu jeito.

Baixe ou atualize o seu

ESPAÇO DO PROFESSOR
 NOTÍCIAS
 CONVÊNIOS
 SALÁRIO CERTO
 RANKING SALARIAL
 BANCO DE CURRÍCULOS

SINPRO/RS
Sindicato dos Professores

Justiça condena escola que demitiu professor por crítica ao desperdício de água

Serviço de apoio aos professores vítimas de violência mantido pelo Sinpro/RS alerta para aumento de casos em que professores são acusados de “doutrinação” e sofrem assédio ou demissão devido a conteúdos escolares ou posicionamentos mais firmes em sala de aula

Foto: Acervo Pessoal



O juiz Gustavo Jaques, da 2ª Vara do Trabalho de Uruguaiana, condenou a mantenedora do Colégio Marista Sant’Ana a indenizar o professor Ronan Moura Franco, demitido da instituição após fazer uma postagem em sua conta pessoal do

Twitter criticando o desperdício de água por produtores em Uruguaiana. O colégio foi condenado ao pagamento de R\$ 30 mil e mais R\$ 4,5 mil de honorários de advogados.

Ronan informou que irá recorrer: “Seguiremos em outras instâncias na tentativa de que a justa

condenação por demissão discriminatória aconteça, assim como os valores sejam ajustados, conforme os danos que tive”.

O episódio que gerou a demissão do professor ocorreu no início de janeiro. Localizada a 630 quilômetros de Porto Alegre, Uruguaiana está entre os maiores produtores de soja, arroz irrigado e outras monoculturas predatórias do estado que desperdiçam água. No último verão, a prefeitura de Uruguaiana fez um chamamento pelas redes sociais pressionando a população a racionar o consumo de água.

Ele resolveu ironizar a contradição gritante com uma postagem: “Bom dia, pobres. Já economizam água hoje para um latifundiário poder irrigar sua lavoura de soja?”. De férias, ele passou a ser alvo de ataques pessoais feitos por produtores que pressionaram a escola a afastá-lo.

Ronan acredita que a demissão dele foi a imposição de um castigo no qual a escola se protegeu e se

eximiu do diálogo, cedendo e assumindo uma postura autoritária. Ele revela que os ataques e a demissão agravaram um quadro de ansiedade com crises contínuas e depressão.

“Precisei de acompanhamento rigoroso e de alteração de medicação, conforme parecer psiquiátrico anexado ao processo. Além disso, foi afirmado, por parte da escola, que eu estaria pleiteando uma ‘loteria jurídica’, desdenhando e ironizando o que por lei foi comprovado como meu direito”, relata.

O professor espera que a condenação sirva de exemplo. “Que escolas que se dizem cristãs e com valores humanísticos, mas que colocam interesses mercadológicos valorando a educação somente como um serviço, sendo os professores a parte mais frágil e descartável desse contexto, paguem, sejam condenadas. Que suas condenações reverberem, encorajando e empoderando professores e professoras a buscarem por seus direitos, por justiça”, enfatiza.

Crescem casos de assédio na rede privada

Na cidade de Pelotas, em abril, uma aula do ensino médio virou polêmica e cancelamento do professor de Biologia Enrico Blota, da escola Mario Quintana, que usou dados científicos para demonstrar em sala de aula a relação entre a produção de carne e arroz e o efeito estufa.

A aula era preparatória para as provas do Programa de Avaliação da Vida Escolar (Pave), que serve de vestibular para acesso à Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). “Usei um exemplo em aula de que, para um quilo de carne chegar à nossa mesa, está envolvido como um todo, desde a produção até a chegada, o consumo de 15 mil litros de água. Este dado é facilmente encontrado no Goo-

gle. É científico e de domínio corrente”, relatou o professor.

Em Porto Alegre, uma professora foi demitida em março por uma tradicional escola privada após acusações de “doutrinação” disseminadas em redes sociais por alunos que não gostaram de uma explanação em sala de aula sobre a histórica exclusão das mulheres do mundo do trabalho e da educação – do Iluminismo até a atualidade.

A professora de Ciências Humanas que foi demitida supostamente por pressão da família do aluno é socióloga, pedagoga, doutora, mestre e licenciada em História. Ela lecionava na instituição desde 2019.

“O desligamento foi uma ques-

tão política. As agressões e pressões de alunos e de pais contra professores sempre foram uma realidade e a escola nunca se posicionou”, enfatiza ela, que concedeu entrevista com a condição de anonimato.

Para Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS e coordenadora do Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP), que acompanha casos de violência implícita ou não no ambiente de trabalho, é importante que as gestões não vitimizem nem acusem o corpo docente de posicionamentos ideológicos em decorrência de conteúdo de aulas.

“O professor não pode incitar os alunos a pensar como ele, mas questões como a demanda de água pelas monoculturas, agro-

tóxicos, meio ambiente ou a supremacia masculina ao longo da história desde o Iluminismo são questões históricas, não de opinião. Aquilo não está relacionado a partidos políticos ou posições políticas”, ressalta.

De acordo com a dirigente, a escola, além de trabalhar novas aprendizagens, deveria ser o espaço de excelência na discussão e reflexão de temas, inclusive quando houver discordância de ideias. “É com diálogo que o aprendizado se torna potente. No entanto, o professor é obrigado a emudecer quando há pensamentos conflitantes, porque a sociedade desaprova divergir com argumentos e com respeito”, enfatiza.



Foto: Stela Pastore

Fernando foi morar sob tapumes, em um terreno baldio no bairro Menino Deus, depois que a irmã dele teve o auxílio-saúde suspenso: "Meu sonho é ter uma Kombi pra morar dentro e trabalhar com reciclagem"

A nova Idade Média das ruas

por Stela Pastore

O número de brasileiros sem ter o que comer quase dobrou em dois anos de pandemia. O agravamento da crise econômica, desemprego, cortes profundos nos investimentos sociais, depreciação do salário mínimo e inflação rebaixaram as condições de vida, jogando milhões de pessoas para a extrema pobreza e situação de rua

Quem anda pelas ruas de grandes centros urbanos ou mesmo de municípios do interior se depara com um número cada vez maior de pessoas em desamparo e sofrimento. Só na cidade de São Paulo, já são 32 mil morando na rua. E uma contagem sem método de censo feita pela prefeitura estima 2,5 mil pessoas vivendo nas ruas de Porto Alegre.

O último recenseamento na capital gaúcha foi realizado em 2016 e apontava 2.115 pessoas em situação de rua. Atualmente, são 202 mil pessoas em estado de pobreza e, destas, 37,2 mil na miséria.

“Quando vi tava morando na rua”, conta Tiago Barcelos Cardoso. Motorista e pedreiro, era morador do bairro Ponta Grossa antes da pandemia.

Demitido, gastou as economias. Na mochila, leva um cobertor e dorme na porta de um prédio público no centro de Porto Alegre. Com 36 anos, não encontra colocação e cata resíduos para vender. “Sem comprovante de residência, não tem nem conversa”, registra.

Enquanto conta sua história, outros dois catadores passam pelo mesmo contêiner, procurando a mesma coisa que ele. “Às vezes, tem quatro, cinco juntos. É todo o tempo assim”, relata. Tiago anda sozinho e não cria caso.

Mônica Barbosa, 27 anos, carrega um filhote de cachorro no colo e anda pelas ruas conversando com bom humor sobre o cotidiano. Foi comerciária, trabalhadora de telemarketing, tem curso de salão de

beleza e concluiu o ensino médio no EJA. Em uma queda de moto, fraturou uma perna e ficou com sequelas. Ela relata que ficou desamparada depois que o marido teve problemas com a justiça e perdeu a casa onde morava. Agora, cuida de carros, vende resíduos e dorme “por aí”. “A gente é muito discriminado”, lamenta.

Henrique, 48 anos, está há 15 anos em situação de rua e vive de reciclagem. Trabalhou com carteira assinada por seis anos em uma fábrica de chocolates e teve uma borracharia. À noite, arruma sua cama sob a marquise de uma oficina mecânica. Às noites são intranquilas, porque bem cedo é preciso recolher tudo e ir embora antes que o estabelecimento abra as portas. “Com essa roupa, com essa barba, olham pra gente com medo e atravessam a rua. Ninguém te puxa. Vivo um dia após o outro. Penso no trajeto que tenho que fazer amanhã para recolher o resíduo. Não tem como projetar. Não tem como pensar no futuro”, constata.

“Há uma nova população de rua feita de trabalhadores expulsos da estrutura produtiva”, analisa a economista Lúcia Garcia. “Os centros urbanos parecem cenas de uma cidade medieval. As pessoas catando comida no lixo, pedindo dinheiro, desvalidas da sua dignidade, atiradas no chão, matando fome com álcool, drogas e a volta do trabalho infantil”, registra a especialista em mercado de trabalho.

De sexta economia do planeta em 2011, o país regrediu para a 12ª posição em 2021, e o PIB voltou ao

Foto: Stela Pastore



Mônica foi comerciária, atendente de telemarketing, fez curso de maquiadora e concluiu o ensino médio, mas sofreu um acidente e foi parar nas ruas: “A gente é muito discriminado”

patamar de 2008. Desde o Plano Real em 1994, será o primeiro governo a terminar o mandato com um salário mínimo com menor poder de compra do que quando iniciou.

A renda familiar *per capita* é a menor da série histórica para a Região Metropolitana, que viu crescer em 50 mil o número de pessoas em extrema pobreza em apenas um ano. Ossos e subprodutos integram o atual cardápio das mesas brasileiras. Situações superadas, como o trabalho infantil, voltaram a recrudescer. O endi-

vidamento nacional das famílias também bateu recorde e chegou a 78% em julho, maior proporção em 12 anos de medição mensal.

Enquanto isso, a concentração de renda também se acentuou na pandemia, aumentando em 42 os bilionários na lista mundial de super-ricos. A metade mais pobre no Brasil possui menos de 1% da riqueza do país, enquanto o 1% mais rico desfruta de quase a metade da fortuna patrimonial brasileira. Os 10% mais ricos no Brasil ganham quase 59% da renda nacional total.

Desmonte e precarização

Os efeitos da PEC 95 que congelou os investimentos na área social por 20 anos, a redução de suportes sociais com as mudanças no sistema de seguridade social e trabalhista golpearam duramente um sistema que freava mecanismos promotores de miséria.

Após a suspensão do auxílio-doença que garantia o aluguel de Olga Castro, ela e o irmão Fernando Castro, 47 anos, foram morar sob tapumes, em um terreno baldio no bairro Menino Deus.

“O dono nos emprestou, mas é provisório. Não sei até quando. A gente pede, vende bala, faz o que

pode”, relata Fernando, segurando pela guia a cachorrinha que foi abandonada um dia antes, após o tutor, também morador de rua, ser assassinado a tiros. Fernando sonha em ter uma Kombi para morar dentro e trabalhar com reciclagem até poder comprar uma casinha.

“Temos um estoque enorme de imóveis vazios nas cidades do Brasil, enquanto existe um número enorme de famílias em situação de rua. Esse quadro é revelador da injustiça das nossas cidades”, observa a diretora de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), Betânia Alfonsin.

Foto: Stela Pastore



Henrique, 48 anos, perdeu o emprego de seis anos com carteira assinada e vive de reciclagem nas ruas da capital

Retorno ao mapa da fome

De volta ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2018, o país viu a situação se agravar desde então. Um país entra nesta classificação quando mais de 2,5% da população enfrenta falta crônica de alimentos. Atualmente, esse volume é de 4,1%, e a situação no país é mais grave do que a média global.

Cerca de 33,1 milhões de brasileiros vivem em situação de fome, 14 milhões a mais que em 2020. Esse quadro é equivalente ao da década de 1990. Os dados são do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto

da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

No início de agosto, Miguel, de 11 anos, de Santa Luzia (MG), acionou o número 190 porque viu a mãe chorando ao não ter como alimentar os seis filhos. Policiais foram até a casa verificar se não se tratava de maus-tratos. "Mas constatamos que a família toda estava sendo maltratada pela fome", revelou o sargento Ivan Ferreira ao ver que a família comia mingau de fubá havia três dias.

A fome tem pressa

Melissandro Bittencourt é voluntário e articulador do movimento Amigos da Rua, uma rede de apoio que prepara alimentos, refeições e agasalhos para pessoas que estão em praças, parques, viadutos e locais já mapeados. "Tem várias pessoas já co-

nhecidas, mas percebemos também pessoas novas a cada dia", explica o cozinheiro e motorista de aplicativo. O sorriso de quem recebe as quentinhas ou os lanches é a compensação dos ativismos anônimos em várias regiões da cidade.



Desemprego e alta dos alimentos multiplica pessoas em situação de rua em Porto Alegre

Destruição do Bolsa Família acentua exclusão

Desde o governo Temer, a política de assistência social teve um corte de 30% a 40% ano a ano, mesmo na pandemia, registra a assistente social e diretora de Relações Institucionais e Internacionais da Rede Brasileira de Renda Básica, Paola Carvalho. Ela diz que a PEC 95 e o achatamento das políticas sociais impactam diretamente os mais vulneráveis.

Paola critica a destruição do

Programa Bolsa Família, que era uma transferência de renda continuada, associada ao conjunto de políticas públicas que faziam uma grande diferença na vida das famílias. "Destruíu um caminho de crescimento e evolução da política de renda no Brasil, devastou a condição de pacto entre estados e municípios, acabou com a busca ativa dos mais pobres e, fundamentalmente, de garantir a

equidade entre os beneficiários", enumera.

O Auxílio Brasil não tem políticas de proteção tão fundamentais aos mais vulneráveis, e milhares de famílias não conseguem sequer entrar no Cadastro Único para Programas Sociais, para que, enfim, possam sonhar em ser avaliadas e incluídas na transferência de renda.

"O povo sente na pele a fome,

a pobreza, a falta de emprego, o salário que não compra o básico, o emprego informal que exige uma carga horária pesada para um salário que não chega ao valor do mínimo. Por outro lado, as pessoas tentam não perder as esperanças de voltar a sonhar, estudar, morar, sorrir e ter, no mínimo, três pratos de refeição por dia", observa a ativista.

Estado de pobreza

A capital gaúcha possui 202 mil pessoas em estado de pobreza e, destas, 37,2 mil vivem na miséria. "Novos pobres ingressam diariamente na fila do atendimento de assistência social em função da conjuntura lamentável do nosso país", afirma o titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Léo Voigt, na apresentação dos dados durante atividade da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA), no início de agosto.

"A sensação é de secar gelo, porque, mesmo com todos os aten-

dimentos, o número não diminui. Há uma máquina macroeconômica geradora de novas pessoas vulneráveis, desorganizadas, empobrecidas e deprimidas", sintetiza.

A população em situação de rua atual é estimada em 2.518 pessoas, segundo a prefeitura de Porto Alegre, que disponibiliza apenas dados de 2021. "A rua é uma estratégia social de sobrevivência porque ela dá dinheiro, comida e esmola. Tem uma certa utilidade altamente perversa", resume o gestor da política social

do município. Das 12 regiões de assistência social da cidade, o Centro Histórico é o que concentra a maioria, estimada em 600 pessoas.

O método da contagem é feito pela abordagem das 12 equipes que operam para identificar, acompanhar e buscar inserção na rede de acolhimento, vinculação, e proteção. No primeiro semestre deste ano, foram contabilizadas 1,8 mil pessoas.

O último censo para identificar essa população aconteceu em

2016 e apurou 2.115 pessoas em situação de rua, porém não há previsão de quando ocorrerá um novo levantamento com os mesmos critérios.

Para o público em situação de rua, a prefeitura mantém os Centros Pop – três locais de atendimento na região Central abertos todos os dias, das 8h às 17h, inclusive nos finais de semana. Oferece um total de 240 vagas em albergues acessadas por demanda espontânea, e 12 equipes de abordagem.

Rua é a expressão da crise

“A rua é uma das expressões da crise social e econômica”, registra a psicóloga e coordenadora do Serviço de Proteção Social Especial da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), Helena de La Rosa. “Voltamos a nos deparar com situações superadas com o retorno agravado do trabalho infantil e a mendicância.

Agudizou o quadro da violação de direitos com o fechamento de escolas e serviços de convivência, deixando famílias, crianças e adolescentes mais fragilizados”, pontua a servidora, que atua na política de assistência do município há 13 anos. “A violação sexual nas famílias reverbera em mais situação de rua”, completa.

Três em cada 10 perderam renda

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada em agosto, mostra que três em cada dez brasileiros perderam parte ou toda a renda neste ano. No universo de 2 mil pessoas ouvidas em todo o país, 68% sofreram com a alta de preços; 34% atrasaram a conta de água e luz; dessas, 44% ganham até um salário

mínimo, e 56% do total são pessimistas quanto ao futuro.

“As pessoas estão apertando o cinto, não estão comprando bens duráveis, a indústria reduz a produção, as contratações e os investimentos. A roda da economia gira devagar e gera esse círculo vicioso”, afirma o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

Grande Porto Alegre: 50 mil na extrema pobreza em um ano

Mais de 145 mil pessoas estavam em situação de extrema pobreza na Região Metropolitana (RM) de Porto Alegre em 2021 – 51 mil a mais que no ano anterior. Entre 2019 e 2021, os 5% mais pobres da RM perderam quase um quarto de sua renda. Eram 2% da população na extrema pobreza em 2019. Com a pandemia, esse percentual aumentou para 3,4% em 2021, a maior marca do levantamento.

No ano passado, a renda domiciliar *per capita* caiu para o menor valor da série histórica para a RM: R\$ 1.947. Os dados são de agosto, da nona edição do Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, produzido em parceria pela Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS), Observatório das Metrôpoles e Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina.

“A situação econômica já era

muito grave e piorou muito na pandemia. O Estado falhou em proteger os mais pobres com descontinuidade em vários programas, e houve um salto na pobreza com decisões equivocadas”, pontua o professor da PUCRS e coordenador do estudo, André Salata.

O sociólogo destaca que essa população já se encontrava em situação de vulnerabilidade por ter baixa escolaridade, estar na informalidade e ser facilmente descartada do mercado de trabalho. “Todos sentem, mas eles sentem mais por não terem proteção de choques econômicos”, avalia.

“Para melhorar o quadro, é preciso combinar a retomada da economia, controlar a inflação e manter programas de transferência de renda bem focalizados, robustos e sustentáveis a longo prazo”, conclui.

Foto: Stela Pastore



Os 2% da população da Região Metropolitana de Porto Alegre que viviam na extrema pobreza em 2019 passaram para 3,4% depois da pandemia



SEU IMÓVEL NA SERRA GAÚCHA

A Diferencial Imóveis tem as melhores opções de imóveis à venda em Gramado e Canela e vantagens exclusivas para você através do Convênio com o SINPRO/RS.

QUER SABER QUAIS OS BENEFÍCIOS? ENVIE UMA MENSAGEM PELO WHATS.

☎ 54 3282-9000 📞 54 99105-1110

Aproxime a câmera do seu celular e acesse nosso site com mais de 650 ofertas de imóveis à venda.





Eleições Sinpro/RS: prazo para inscrição de chapas se encerra no dia 14 de setembro

Os professores do ensino privado do Rio Grande do Sul elegerão, de 18 a 20 de outubro, a direção colegiada que ficará à frente do Sindicato no triênio 2023/2025

por Edimar Blazina

O período para a inscrição de chapas para concorrer às eleições da direção colegiada do Sindicato dos Professores (Sinpro/RS), para o triênio 2023/2025, se encerra no dia 14 de setembro. As inscrições podem ser feitas na secretaria do Sindicato, em Porto Alegre (Av. João Pessoa, 919), de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 18h.

As eleições para a nova direção colegiada da entidade, triênio 2023/2025, ocorrerão de 18 a 20 de outubro deste ano.

O processo foi aberto oficialmente pela Assembleia Geral, que ocorreu no dia 6 de agosto, e que elegeu a comissão que coor-

denará todo o pleito. Em votação específica, os docentes associados aprovaram a equipe integrada pelo professor Rômulo José Escuto e pelas professoras Ana Lúcia Silva Tomazi, Maria Lucia Iserhard Schlittler, Antonieta Beatriz Mariante e Rejani Maria Friedrich.

VOTAÇÃO ON-LINE – Mais uma vez, os professores associados ao Sinpro/RS em todo o estado, de todos os níveis de atuação no ensino privado e que preenchem os requisitos previstos no edital, farão o registro do seu voto de forma digital, como na última eleição do Sindicato, em 2019.

Todo o processo será realizado pela empresa Eleja On-Line, espe-

cializada em votações deste tipo. O sistema utilizado pela companhia é criptografado e tem certificações de segurança que permitem auditoria. O voto é registrado em acesso único, com senha individual por usuário habilitado. As urnas estarão sob a responsabilidade de mesários devidamente cadastrados e identificados, distribuídas nas instituições de ensino de forma fixa e outras ainda de modo volante, para facilitar o registro dos votos dos professores.

“Estamos empenhando todo o esforço necessário para que os professores participem de mais uma eleição do Sinpro/RS”, esclarece Erlon Schüller, diretor do Sindicato.

Schüller explica que a luta pela

manutenção dos direitos dos docentes tem se acirrado nos últimos anos nas negociações com os sindicatos patronais. “Isso só reforça a necessidade da manutenção de um Sindicato forte e atuante na defesa dos professores. A participação dos docentes no processo eleitoral é fundamental”, conclui.

Conforme o Estatuto Social, estão aptos a votar os professores que atuam no ensino privado do Rio Grande do Sul em todos os níveis e modalidades, que estejam associados ao Sinpro/RS há mais de três meses e em dia com as mensalidades e os serviços contratados junto ao Sindicato. Também aos aposentados é garantido o direito de voto.



A exemplo das eleições de 2019 (foto), as de 2022 serão realizadas de forma digital

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

NAP firma parceria com o Instituto Abuchaim para atendimento psicológico

Os professores associados ao Sinpro/RS, que estão em busca de atendimento psicológico, têm uma nova opção desde agosto. O Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP) firmou convênio com o Instituto Abuchaim para que os associados tenham descontos especiais em psicoterapia individual, familiar ou de casal, psiquiatria e neuropsicologia.

O Instituto dispõe, ainda, de

ambulatório especializado em crianças, adolescentes e idosos. Os docentes que forem encaminhados para acompanhamento psicológico após o acolhimento prestado pelo NAP estarão isentos do pagamento da primeira consulta. Já os associados terão 10% de desconto sobre o valor de tabela ao apresentarem a carteirinha de sócio do Sinpro/RS. Os atendimentos variam de R\$ 85,00 a R\$

120,00, de acordo com a especialidade. “São valores bem abaixo do praticado e com profissionais especializados”, destaca Cecília.

O Instituto Abuchaim fica na rua Líbero Badaró, 114, bairro Passo d'Areia, em Porto Alegre. As consultas são agendadas previamente, das 8h às 20h, pelo telefone (51) 3328-4836, WhatsApp (51) 99246-3473 ou pessoalmente. É necessária a apresentação do

Cartão do Associado para a validação do desconto.

NAP – Criado pelo Sinpro/RS em 2007, o NAP promove reuniões periódicas a fim de encontrar alternativas para lidar e evitar os constrangimentos enfrentados pelos professores no ambiente escolar. A equipe que integra o Núcleo é formada por diretores do Sindicato, psicólogos e advogados, além de parceiros que atuam eventualmente.

Imed anuncia expansão de R\$ 100 milhões e cinco novos campi no RS

Na contramão do cenário de recessão, cortes e fechamento de cursos vivenciado por grande parte das instituições educacionais do ensino privado do Rio Grande do Sul, a Atitus Educação anunciou um salto no seu plano de expansão local e em outros estados até 2026.

A Atitus é a nova marca da Imed, que mantém campi em Passo Fundo, Porto Alegre e Ijuí.

A companhia informou no dia 25 de agosto que fará investimentos de R\$ 100 milhões nos próximos quatro anos com o objetivo de ampliar a presença no RS, inovar

o modelo educacional e ingressar em outros estados.

Para o RS, a empresa projeta a abertura de faculdades em Erechim, já no primeiro semestre de 2023, e novos campi em Pelotas, Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Novo Hamburgo e Caxias do Sul. Atualmente, emprega 360 professores no estado.

A Atitus também projeta a abertura de unidades em Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Fundada em Passo Fundo por um grupo de professores em dezembro de 2004, a instituição estima uma receita líquida de R\$ 124 milhões para este ano.

Foto: Imed/Atitus/Divulgação



Campus Passo Fundo da Imed, que passou a se chamar Atitus Educação

Plataforma de ensino e carreiras

De acordo com Daniel Sperb, vice-presidente de Inovação Acadêmica e responsável pela condução da mudança no modelo educacional da instituição, a proposta é agregar ao ensino uma plataforma educacional para direcionar

os alunos para o “empreendedorismo ou a empregabilidade”.

“Em salas de aulas de todos os cursos, estamos levando desafios empresariais, colocando alunos em contato com problemas reais do mundo corporativo. Essas ini-

ciativas são semelhantes aos modelos adotados por instituições sediadas no Vale do Silício e em Israel”, destaca.

A companhia informa um crescimento de 40% nas matrículas entre 2018 e 2020. No ano passa-

do, a então Imed comprou a Faculdade América Latina (FAL), de Ijuí, e demitiu 13 professores em novembro e dezembro. Em junho deste ano, incorporou a Fasurges, faculdade especializada na área da saúde, de Passo Fundo.

REDE METODISTA

Assembleia de credores foi suspensa até outubro

A assembleia geral de credores da Rede Metodista, instalada no dia 24 de agosto, aprovou, por 60,57% dos créditos habilitados, a suspensão dos trabalhos por 45 dias.

A suspensão visa à continuidade das negociações e ao aperfei-

çoamento do plano de recuperação judicial que está em elaboração e será votado na assembleia dos credores a ser reinstalada no dia 7 de outubro. Os pontos mais polêmicos do plano estão relacionados aos índices de deságio e à correção dos créditos.

O processo de recuperação judicial da instituição foi aprovado em maio de 2021 pelo Tribunal de Justiça (TJRS) e, após superado um efeito suspensivo, voltou a vigorar em março deste ano pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No estado, a instituição man-

tém o Centro Universitário Metodista/IPA, o Colégio Metodista Americano/Imec (Porto Alegre), o Colégio e Faculdade Metodista Centenário/IMC (Santa Maria), o Instituto Educacional Metodista/IEM (Passo Fundo) e o Colégio União/Imec (Uruguaiana).

REVISTA TEXTUAL

Trabalho extraclasses na pauta

A edição de agosto da Revista *Textual Virtual* traz o artigo *Atividades Extraclasses – Um recrudescimento pós-pandemia*, de autoria dos professores Cecília Farias e Marcos Fuhr, diretores do Sinpro/RS.

A *Textual Virtual* foi lançada em julho com o propósito de veicular de forma digital um artigo mensal, além das edições semestrais impressas.

O artigo de julho, *Petróleo, Geopolítica e Pandemia*, do professor Bruno Biasetto, fez uma análise da atual crise do petróleo a partir das experiências mundiais anteriores e, também, esmiuçou a complexa geopolítica que dita as regras, guerras e disputas em torno do controle sobre as reservas mundiais.

Os textos publicados na *Textual Virtual* se inserem nas editorias já tradicionais da Revista: ensaios sobre temas da contemporaneidade, sobre a dinâmica educacional e sobre a relação dos professores com o mundo da escola. Os artigos estão disponíveis na íntegra no site do Sindicato (www.sinprors.org.br).



DIREITOS

Sinpro/RS distribui cadernos com as CCTs 2022

O Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) iniciou em agosto a entrega dos cadernos impressos com a íntegra das Convenções Coletivas de Trabalho 2022 dos professores da educação básica e educação infantil exclusiva, em todo o estado.

A entrega é feita durante a visita dos diretores do Sindicato às instituições de ensino, e cópias podem ser retiradas nas sedes e regionais da entidade.

O documento, junto com a CLT, regula o salário e as condições de trabalho dos docentes do ensino privado gaúcho. Além da versão impressa, a Convenção pode ser acessada também pelo site (www.sinprors.org.br) e pelo aplicativo do Sinpro/RS.

“É fundamental que os professores conheçam seus direitos”, manifesta Cecília Farias, diretora do Sindicato.

Prêmio Educação RS 2022 recebe indicações até o dia 11 de setembro

Professores e sociedade em geral têm até o dia 11 de setembro para fazerem suas indicações para a edição 2022 do Prêmio Educação RS, nas três categorias profissional, projeto ou instituição que tenha se destacado na área da educação.

As indicações devem ser feitas pelo site do evento (<https://premioeducacao.sinpro.rs.org.br>) e serão avaliadas pela comissão julgadora do Prêmio.

Neste ano, a premiação dará destaque às realizações que têm formado estudantes para o desafio de construir uma sociedade onde existam espaço e respeito à diversidade e suas manifestações, bem como para que atuem de forma protagonista no enfrentamento dos problemas sociais da atualidade.

“Temos bastante expectativa com mais esta edição do Prêmio Educação RS. As indicações aumentam a cada ano, não só em número, mas também na qualidade dos trabalhos realizados pelos profissionais, os projetos e as instituições premiadas”, destaca Margot Andras, diretora do Sinpro/RS, instituidor da premiação.

Os três pré-selecionados pela comissão julgadora em cada categoria serão divulgados ainda em setembro. Os professores associados ao Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) escolherão os ganhadores por votação on-line.

Os vencedores serão laureados no dia 21 de outubro deste ano, às 20h, em Porto Alegre/RS, em solenidade específica.



Foto: Rodrigo Waschburger

Em 2021, os vencedores foram: na categoria profissional, o professor e pesquisador Fernando Rosado Spilki, da Feevale; na categoria projeto, O Rio da Vida: herança, memória e reencontro, da Escola Municipal de Ensino Médio Emilio Meyer, de Porto Alegre; e, na categoria instituição, a Escola Municipal de Educação Infantil Ilha da Pintada, também de Porto Alegre.

PRÊMIO – Criado pelo Sindicato em 1998, o Prêmio já agraciou 22 profissionais, 25 projetos e 22 instituições, além de menções honrosas em ocasiões especiais. Os vencedores recebem o troféu Pena Libertária, criado pelo artista Gustavo Nakle.

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Ação trabalhista e possível revisão de benefício

Inúmeras são as situações em que os trabalhadores, quando em atividade, e o Sindicato, na condição de substituto processual, ingressam com ações trabalhistas decorrentes das mais variadas lesões aos direitos, ora em relação a adicional noturno, insalubridade, horas-extras, entre tantos outros.

Quando exitosas essas demandas, os valores devidos e pagos naquela ação passam a integrar o salário, de tal sorte que incidem sobre esses valores contribuições previdenciárias, a serem recolhidas tanto pelo trabalhador como pelo empregador.

Ocorre que não há obrigação imposta ao empregador de atualizar esses dados no Cadastro Nacional de Informações Sociais e, em face desta inércia, muitas vezes o trabalhador fica alijado dos valores complementares, cujo reflexo será um valor de aposentadoria abaixo do devido.

Como já abordamos aqui, as revisões de benefícios do INSS estão sujeitas a um prazo decadencial, lastro este que se opera após 10 anos da concessão do benefício, havendo exceção para os casos em que o trabalhador tenha ingressado com a reclamatória trabalhista, pois é, claro, impossível revisar o benefício ou ter somado aos salários a ação

ainda não resolvida na esfera da Justiça do Trabalho.

Em recente posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) para estas revisões decorrentes de acréscimos de valores concedidos em ação na Justiça do Trabalho, o prazo decadencial referido começa a contar da data em que há o trânsito em julgado da ação trabalhista.

Esta situação deve ser alertada aos trabalhadores, pois, em interpretação anterior, esse prazo decadencial começava a ser contado quando dos valores pagos na execução trabalhista. A diferença deste lastro temporal é substancial, eis que, não raro, o tempo da execução trabalhista pode ser longo, podendo gerar consequências futuras, inclusive com a perda da possibilidade de uma revisão do benefício.

Nesse sentido, é importante alertar ao trabalhador ativo e aos aposentados, cujas ações trabalhistas já tenham sido julgadas no seu mérito ou venham a ser julgadas (para que não sofram com a passagem do período decadencial), que devem proceder ao pedido de revisão da renda do seu benefício imediatamente após o reconhecimento da Justiça do Trabalho e seu trânsito em julgado, pois o marco para transcurso do prazo decadencial é contado do julgamento do mérito e não da execução das diferenças.

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.



Unimed

CCG
Saúde

UNIODONTO

Faça a simulação e confira
o quanto você pode economizar



Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde

Chapa 1 vence as eleições para a reitoria da Urcamp

Foto: Urcamp/Reprodução



Foto: Sinpro/RS Regional Bagé/Divulgação



Antônio Evanhoé e Guilherme Cassão assumem a reitoria da Urcamp em dezembro

Após uma campanha acirrada, muitas polêmicas e um alegado empate técnico, a comissão que comandou o processo eleitoral do Centro Universitário da Região da Campanha (Urcamp) anunciou a vitória dos professores Antônio Evanhoé Ferreira de Souza Sobrinho e Guilherme Cassão Marques Bragança, da Chapa 1, para reitor e vice-reitor, respectivamente. Eles tomarão posse no dia 12 de dezembro e ficarão à frente da Urcamp até 2026.

Inicialmente marcada para ocorrer de forma eletrônica, a votação foi realizada, de modo híbrido, no dia 1º de setembro, simultaneamente nos cinco campi da instituição (Alegrete, Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel e Santana do Livramento), das 8h às 22h, com a participação de professores, funcionários e alunos.

A apuração começou no dia seguinte e, sob a alegação de empate técnico, a comissão eleitoral foi obrigada a convocar um perito para validar o processo. Após quase três dias de suspense (sábado, domingo e segunda-feira), o resultado final foi anunciado no início da noite de segunda-feira, 5.

A vencedora foi a Chapa 1 – Renovação por uma Urcamp para Todos, por uma margem mínima de vantagem. Saiu derrotada a Chapa 2, encabeçada por Lia Maria Herzer Quintana e Derli João Siqueira, respectivamente, candidatos a reitora e vice-reitor. Lia buscava a reeleição para seu quarto mandato.

Estavam habilitados a votar em torno de 200 professores, 200 funcionários e 2.800 estudantes, totalizando cerca de 3.200 eleitores.

Quem são o novo reitor da Urcamp e o seu vice

Antônio Evanhoé, 43 anos. Integra o corpo docente da Urcamp desde 2010 e coordena o curso de Educação Física. É graduado pela Escola Superior de Educação Física da UFPel, mestre em Desporto para Crianças e Jovens pela Universidade de Portugal (2008) e doutor em Educação Física pela UFPel.

Guilherme Cassão, 32 anos. Coordena os cursos de Farmácia e Biomedicina. É bacharel em Farmácia (Currículo Generalista) pela Urcamp (2013), mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos (2016) e doutor em Ciência e Tecnologia de Alimentos (2020), ambos pela UFPel. É membro do grupo técnico de Trabalho de Educação Farmacêutica do Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul.



Lições para viver mais e melhor

As Zonas Azuis, você conhece?

São lugares no mundo onde habitam as pessoas mais longevas, ultrapassando a marca dos 100 anos, e que não apenas chegam a essa idade, mas o fazem com saúde.

Os centenários têm muita vitalidade e baixa incidência de doenças crônicas (diabetes, doenças cardiovasculares, câncer, outras).

Quais são as Zonas Azuis (Blue Zones)?

- Sardenha (Itália)
- Okinawa (Japão)
- Nicoya (Costa Rica)
- Loma Linda (EUA)
- Ikaria (Grécia)

Inspire-se nos ensinamentos das Zonas Azuis e crie novos hábitos

- **Mantenha-se em movimento:** caminhe, cuide do jardim, varre a casa, plante seu alimento.
- **Tenha um propósito:** no Japão, a palavra *ikigai* significa "razão para levantar da cama todas as manhãs". É a melhor maneira de resumir o que significa ter um propósito na vida, busque em você alguma motivação que o mantenha iluminado.
- **Reduza o estresse:** desacelere. Assim, o corpo responde de maneira anti-inflamatória ao que o estresse causa no organismo. Apenas pare, respire e concentre-se em você por breves momentos ao dia.
- **Dieta baseada em alimentos frescos:** não há uma dieta da longevidade. Nas Zonas Azuis, há baixo consumo de alimentos processados e uma alimentação baseada em legumes, verduras e grãos, sementes e nozes, pouca carne vermelha e peixes.
- **Um pouquinho de vinho!** Consumir com moderação. Os polifenóis do vinho têm efeitos antioxidantes e anti-inflamatórios.
- **Comer até se sentir 80% satisfeito.** O jejum também é uma prática comum nas diferentes áreas, seja pelo contexto religioso, seja porque o jantar é feito cedo à noite.
- **Priorize as pessoas que ama:** nas Zonas Azuis, os familiares tendem a conviver entre gerações. Dedicar tempo e amor aos familiares, cotidianamente, faz parte da organização social.
- **Pertencimento:** a fé ou a dedicação a princípios espirituais gera um senso de comunidade e pertencimento, além de apoio nos momentos de dor e desamparo.
- **Encontre sua tribo:** as pessoas que nos cercam a maior parte do tempo são muito importantes na determinação de nossa longevidade. O grupo social que elegemos, além do grupo familiar, é fundamental para o senso de pertencimento e modula profundamente nossos hábitos também.

Estilo de vida é fundamental para uma vida de qualidade.

O Sinpro/RS disponibiliza uma plataforma digital com videoaulas de yoga, pilates, treinamento funcional, receitas *light* e muito mais. Tudo isso no seu smartphone ou desktop!

Acesse a Plataforma Somos Move e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes, somospacevida.com.br/sinpro/RS/

E para quem reside em Porto Alegre: MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada. Inscreva-se em: www.sinpro/RS.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrida/



Denise Piller, profissional de Educação Física, diretora técnica da PACE Consultoria Esportiva



A liberdade para os lobos

Fome e desemprego amplificam a realidade da exclusão social, criando o tipo de situação ideal para que famílias se endividem, sejam desalojadas de suas casas e enxotadas para áreas periféricas desprovidas de infraestrutura e saneamento



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Há muitos caminhos para uma decisão política, e cada problema público tem suas próprias exigências e dificuldades, o que demanda soluções específicas que precisam ser construídas concretamente. Temos uma boa chance de produzir soluções efetivas para esses problemas se os gestores públicos lidarem com o conhecimento, dialogando com as evidências científicas mais robustas; mas, antes disso, é preciso saber o que comove os gestores. Vale dizer: o que os sensibiliza como urgência e gravidade.

Quando pensamos em quem votar, por exemplo, é preciso identificar quem está, de fato, comprometido em reduzir o sofrimento no mundo.

Candidatos e candidatas com essa característica empática tendem a manifestá-la naturalmente, mobilizando a atenção pública sobre temas que dizem respeito às dificuldades vividas pelos grupos mais fragilizados. Por isso, suas propostas se articulam em torno de objetivos de bem-estar.

Somos um país fraturado há séculos pela desigualdade social, e objetivos de bem-estar em realidades como a nossa demandam amplas respostas do Poder Público, o que, não por acaso, a Constituição Federal consagrou entre os seus objetivos fundamentais (artigo 3º).

Conforme levantamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), somos o segundo país mais desigual do mundo,

com 28,3% da renda nacional concentrada nas mãos do 1% mais rico (o primeiro colocado nesse ranking vergonhoso é o Catar).

Hoje, isso se traduz em múltiplos dramas que se cruzam. O primeiro deles, porque o mais urgente, diz respeito à fome e ao desemprego. Estamos falando de 33 milhões de brasileiros que não têm o que comer e de quase 10 milhões de pessoas com mais de 14 anos desempregadas e 39,3 milhões de pessoas na informalidade, segundo dados do IBGE do final de agosto deste ano.

Além desses, devemos lembrar dos mais de 4,2 milhões de “desalentados”, termo usado pelo IBGE para designar as pessoas que não têm ocupação e que já desistiram de procurar emprego.

Fome e desemprego amplificam a realidade da exclusão social, criando o tipo de situação ideal para que famílias se endividem, sejam desalojadas de suas casas e enxotadas para áreas periféricas desprovidas de infraestrutura e saneamento. Essa mesma realidade expulsa crianças e adolescentes da escola, produz doenças, dissemina drogadição e alcoolismo, além de agenciar oportunidades criminais e vários tipos de violência.

Imaginar que essa realidade possa ser superada pelo mercado ou pela “liberdade de empreender” assinala uma forma especial de alienação que caracteriza o discurso dos “liberais-em-economia-e-neandertais-em-costumes” brasileiros.

Corpos matáveis

O mercado é, sem dúvida, uma instituição muito importante que antecede o capitalismo e que, provavelmente, o ultrapasse. Sua força reside na extraordinária capacidade de mobilizar recursos a partir de iniciativas individuais, que buscam a maximização de benefícios e que identificam oportunidades que planejamento centralizado algum pode antever.

Em condições de efetiva concorrência, o mercado tende a selecionar os produtos e serviços com melhor relação custo/benefício. O problema começa quando as “condições de efetiva concorrência” se tornam marginais em uma economia oligopolizada.

No caso brasileiro, o quadro é agravado pelo simples fato da existência de milhões de pessoas que vivem à margem do mercado e que são, por todos os critérios macroeconômicos, pessoas “dispensáveis”.

Pelas leis do mercado, essas pessoas não contam, o que as faz “quase-humanas”. Fenômeno que, aliás, permite compreender por que a morte de mais de 680 mil brasileiros na pandemia – em sua grande maioria, pobres e negros – não é um escândalo nacional ou por que operações policiais em favelas no Rio de Janeiro podem se repetir, produzindo dezenas de “corpos matáveis” em cada subida de morro.

Segundo o *darwinismo* social contemporâneo, o Estado é um “peso

nas costas dos que querem produzir”. Bolsonaro cansou de repetir esse mantra desde a campanha de 2018, o que já anunciava sua intenção de desmontar as instituições da democracia e os instrumentos de proteção social e ambiental, assim como as agências de fiscalização e combate à corrupção e a legislação garantidora de direitos.

Um Poder Público que impede o “cidadão de bem” de pescar em área de proteção ambiental e que é capaz de autuar um deputado do quinto escalão que insiste em desrespeitar a lei deve ser mesmo um incômodo. Um sistema como o Coaf que examina depósitos suspeitos em contas privadas é ainda um incômodo maior e, claro, um Poder Judiciário capaz de exercitar os mecanismos de “freios e contrapesos” de um Estado Democrático de Direito é o “grande estorvo”.

No ideário político-ideológico do fascismo emergente no Brasil, a “liberdade” possui um sentido especial: ela aparece como sinônimo da realização das vontades do indivíduo, como se fosse possível concebê-la e exercitá-la sem relação com os demais, apartada da realidade social. Trata-se de uma liberdade “total”, inclusive para ignorar o sofrimento que as ações e omissões dos indivíduos possam causar. Uma espécie de liberdade inteira para os lobos que, naturalmente, significa a morte dos carneiros.

Arte⁺

Foto: J. J. Smith/ Reprodução

Livro resgata origens da milenar fábula

Chapeuzinho Vermelho

por Marcelo Menna Barreto

"Pela estrada a fora, eu vou bem sozinha, levar esses doces para a vovozinha." As estrofes iniciais da canção feita pelo compositor Carlos Alberto Ferreira Braga, o *Braguinha* (1907-2006), também conhecido como *João de Barro*, ultrapassam o imaginário de gerações de brasileiros e remetem à fábula infantojuvenil que completará um milênio em 2023: *Chapeuzinho Vermelho*.

Tanta história levou o profes-

sor Fabiano Moraes a lançar, em agosto, o livro *Chapeuzinho Vermelho na Escola – Mil anos de história* (Vozes, 2022, 152 p.). "Nunca contei *Chapeuzinho Vermelho*. Contava a versão do Chico Buarque, *Chapeuzinho Amarelo*", explica Moraes, que é doutor em Educação e professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e contador de histórias.

Ele evita as fábulas "hegemôni-

cas, tipo Disney", mas conta que se deparou com a "presença inquestionável" desse conto clássico nas salas de aula para crianças. Muitas ouviam outras versões e diziam que não era bem assim a história. Por isso, resolveu ir fundo na história – da fábula original da tradição oral feminina da Idade Média às suas inúmeras versões.

"A música do *Braguinha* foi composta em 1946. Não está nas rádios. Aquele disquinho já não toca mais há muito tempo. Aí me perguntei: como é que todo mundo sabe essa

música e como ela é propagada? Ela não é popular, da tradição oral. Ela é autoral", constata Fabiano.

A partir do que chama primeiros questionamentos, o porquê dos porquês sobre a história de *Chapeuzinho Vermelho* ser tão difundida, sua quase onipresença, "surge a inquietação".

O livro de Moraes é resultado de uma pesquisa que se iniciou há mais de dez anos no seu mestrado em Linguística, em que muita coisa interessante foi encontrada, "mas não parou na dissertação", enfatiza.

Criada para educar

A obra, registra o autor, que também é escritor de livros técnicos para professores e livros de ficção para crianças e jovens, só se consolidou depois que ele encontrou uma versão indígena para o conto que tem origem na tradição oral de camponeses europeus.

Em *Chapeuzinho Vermelho na Escola – Mil anos de história*, além de apresentar a fábula e a sua trajetória, o professor faz sugestões de atividades para sala de aula da educação básica a partir de quatro versões contemporâneas: *Deu a Louca na Chapeuzinho*, animação infantil dirigida por Cory Edwards; *Fita Verde no Cabelo*, escrito por

Guimarães Rosa; *Chapeuzinho Amarelo*, de Chico Buarque, e *A Indiazinha Chapeuzinho Verde*, da autora Maria Lucia Takua Peres.

As atividades sugeridas são, também, um questionamento ao sistema de produção e consumo excessivo e abordam, ainda, a preservação da natureza, o respeito aos ciclos de vida e o convívio intergeracional. Além disso, se propõem a trabalhar a compreensão do poder da palavra e a luta pelo discurso.

Não falta ainda o resgate do protagonismo feminino, que se perdeu ao longo destes mil anos. Tudo, ressalta o professor, neces-

sário para "adiar o fim do mundo e recriarmos lugares de sonhos".

Ele lembra que a primeira versão escrita do que era então conhecido como *Conto da Avó*, ou *A História da Avó*, já se originou com o objetivo de ser utilizado como ferramenta nos bancos educacionais.

Foi sob o título de *De puella a lupellis servata* ('a menina poupada pelos lobos', em tradução livre) que o clérigo e educador da Catedral de Liège, Egbert, deu fama – de forma escrita – à vestimenta da "camponesa mais famosa do mundo", segundo o trabalho de Moraes.

Era um período em que a edu-

cação formal ficava sob total responsabilidade da Igreja, a grande disseminadora do conhecimento, com escolas anexas às catedrais ou aos mosteiros.

Na introdução da sua obra, o próprio Egbert de Liège admite que investiu forte nas tradições orais da região onde ele vivia para escrever *A Nau Fecunda* para seus alunos. "É lá, entre 2.373 versos, sentenças e provérbios e uma miscelânea de peças mais longas, como fábulas, sátiras e contos de cautela, que se encontra a primeira versão do que seria a atual *Chapeuzinho Vermelho*", relata o livro de Moraes.



Foto: Henry Liverseege/Bolton Library/Reprodução

Rito de passagem

Na versão para educar de Egbert, uma menina de cinco anos é pega por uma loba para alimentar seus filhotes. Mas os lobinhos, ao invés de devorar a menina, a lambem delicadamente. Isso porque ela está usando as vestes encarnadas dadas por seu padrinho na hora do batismo no dia de Pentecostes. Uma representação da proteção divina.

De acordo com Moraes, tudo indica que o conto que as mulheres camponesas medievais passavam oralmente de gerações em gerações servia para demarcar a passagem da infância à fase adulta. "Um conto de iniciação sexual feminina", em que a astúcia das mulheres estava presente, interpreta Fabiano.

A história do clérigo, apesar de distante da ideia original, tem o mérito da honestidade intelectual de registrar que se baseou na tradição oral de camponeses não alfabetizados para a "aquisição dos elementos da 'alta cultura'", como se dizia na época, além do fato de Egbert ter sido uma espécie de precursor dos folcloristas.

Do protagonismo à dupla violência

Na evolução do conto, destacam-se as versões de Charles Perrault (1628-1703) e dos irmãos Grimm (Jacob, 1785-1863 e Wilhelm, 1786-1859).

Na história do francês que é considerado o *Pai da Literatura Infantil*, além do macabro fim de *Chapeuzinho* e de sua avó, devoradas pelo lobo, Moraes enfatiza o viés moralizante e machista.

“Um conto oral otimista sobre a iniciação sexual feminina se transforma em uma tragédia singular de violência em que a menina é culpada por haver sido violentada”, teoriza Moraes.

Algo que, apesar da sobrevivência da menina e de sua avó, na versão dos irmãos alemães, permanece. “Outro elemento é incluído aí. *Chapeuzinho* e a avó são salvas, retiradas da barriga do lobo, por um caçador. A figura do homem

como salvador”, acrescenta.

Moraes vê no clássico *Chapeuzinho Vermelho* um conto de dupla violência. De um lado, entende que houve uma violação da tradição oral camponesa predominantemente feminina; do outro, o fomento de noções de violência por meio do tratamento da menina como objeto sexual.

Moraes diz que o que muitos consideram um conto de fadas, em um determinado momento passa a transmitir a ideia de um alerta para as meninas: “O quanto a violência sexual se faz presente na nossa cultura, sem, no entanto, se questionar a origem e as raízes culturais dessa violência”, escreve.

O livro de Fabiano Moraes é resultado de uma pesquisa que se iniciou há mais de dez anos, no seu mestrado em Linguística



Sobre a menina salva dos filhotes de lobo

(Egberto de Liege – 1023)
Traduzido do Latim por Fabiano Moraes

O que tenho a relatar os camponeses o podem contar tal como o faço,
E por mais maravilhoso que pareça é a mais pura verdade:
Um homem apadrinhou, na pia batismal, uma menina
A quem deu uma túnica tecida com lã vermelha;
O dia santo de Pentecostes foi a data desse batizado.
Ao nascer do sol, a menina, que havia recém completado cinco anos,
Caminhou sem rumo, desatenta ao perigo que corria.

Um lobo a apanhou, seguiu para os covis silvestres,
Levou-a e entregou-a como uma caça para que os seus filhotes a devorassem.
Esses se lançaram sobre ela de uma só vez, e como não lograram feri-la,
Começaram, livres de sua agressividade, a lamber-lhe a cabeça.
“Não me estraguem esta túnica, seus ratos,” disse a menininha,
“Que o meu padrinho me deu ao me acolher na pia batismal!”
Deus, o criador desses, acalma seus espíritos cruéis.



Investir no futuro nunca foi tão fácil.



Baixe o Família Prev, o app de adesão digital do Família Previdência.

Disponível na App Store | Disponível no Google Play



FAMÍLIA
PREVIDÊNCIA
Você precisa. Seu futuro merece.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

Camelos e a invenção do Brasil

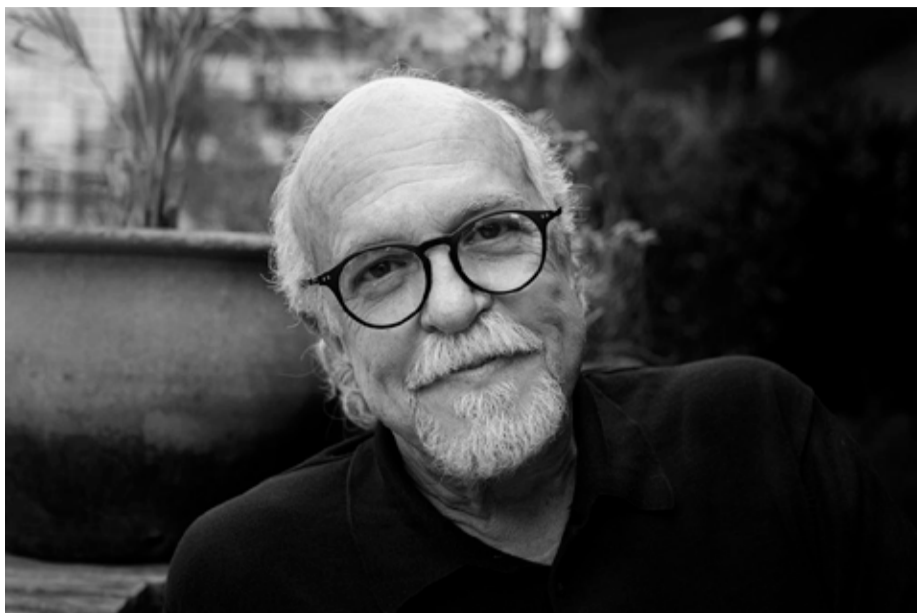


Foto: Renato Parada

Delmo: "Ali o país se inventou como nação"

por Gilson Camargo

No livro *Catorze camelos para o Ceará – A história da primeira expedição científica brasileira* (Todavia, 2021, 288 p.), o jornalista gaúcho Delmo Moreira reconstitui, à base de muita pesquisa e contextualização, uma aventura épica recheada de pioneirismo, tragicomédia, burocracia, traições e escândalos – com uma narrativa que investiga as origens de boa parte dos problemas do Brasil contemporâneo.

"A nossa incapacidade de apoiar a ciência e a pesquisa vem desde lá", suspeita. Para o autor, sempre que olhamos de perto um acontecimento do século 19, vem uma sensação de atualidade, de coisas bem conhecidas. "Ali, o nosso país foi sendo inventado como nação. O problema é que grande parte da agenda ficou incompleta, com desafios que até hoje não superamos. O maior deles é o que fazer com 300 anos de escravidão", afirma o jornalista, que tem passagens pelas principais redações do país.

O ponto de partida deste vigoroso retrato sobre as mazelas das origens do Brasil é o inusitado desembarque de camelos no cais de Fortaleza, na manhã ensolarada de 18 de junho de 1859. Na praia, uma comitiva de políticos e cientistas acompanha o içamento dos animais, que chegam saudáveis ao Brasil depois de uma viagem abaixo de tempestades por 34 dias desde Argel, capital da Argélia.

A ideia era aclimatar os dromedários no estado, reproduzi-los e usá-los para substituir as mulas de carga, em uma tentativa de aproximação científica com a França em um momento de projeção do Império no cenário político mundial. Assim começava a expedição patrocinada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para registrar a fauna, a flora, elementos da topografia e os hábitos do país.



Foto: Reprodução

A expedição, do Rio de Janeiro para o Nordeste e Norte do Brasil, foi capitaneada pelo engenheiro e mineralogista Barão de Capanema, o botânico Freire Alemão e o poeta e etnólogo Gonçalves Dias, autor de *Canção do Exílio* e de *I-Juca-Pirama*. "A história de vida dessas personalidades, brilhantes, contraditórias e muito diferentes entre si, foi tão importante para a narrativa quanto as viagens. Entender o mundo deles, o lugar de onde vinham, os conhecimentos que dispunham, as expectativas que levavam. Compreender melhor aquele tempo ajuda a compreender melhor aquela história", destaca.



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

A agenda completa
em ecarta.org.br
e 51. 4009.2971

Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

SHOWS híbridos

Porto Alegre | 18h | Entrada franca

Local: presencial – sede da Fundação Ecarta (Avenida João Pessoa, 943, Porto Alegre). É obrigatória a apresentação do passaporte vacinal.

3/9 – Vladimir Soares – A flauta doce da idade média ao século XX.

17/9 – Álvaro Santi e André Mâncio em *A Página do Relâmpago Acústico*.



Foto: Edison Porto

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca

10/9, 19h – Abertura da exposição *Yvy Nhande MBA'E A terra é nossa*, de Xadalu Tupã Jekuoé, com curadoria de Sandra Benites. Visitação de terças a domingos, das 10h às 18h, inclusive feriados.

10/9, 19h – Projeto Potência apresenta Pedro EMCB. Visitação até 23/10. Entrada franca.

10/9, 19h – Inauguração do Festival Internacional de Videodança.

CULTURA DOADORA

27/9, 19h – Painel *Famílias doadoras*, com a participação de familiares que disseram sim para a doação de órgãos de parentes.

28/9, 19h – Show com Los 3 Plantados e convidados especiais. Presencial.

29/9, 19h – Painel *Morte, religião e doação de órgãos*, com a participação de representantes de várias religiões.

CONVERSA DE PROFESSOR

14/9, 19h – Painel *Gênero na escola: como dialogar com nossas crianças?*, com a mestra em Psicologia e especialista em Estudos de Gênero pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Fernanda de Oliveira Alves.

NÚCLEO CULTURAL DO VINHO

14/9, 19h30 – A arte do vinho por seus artistas: Vinhos Minca, com Caio Guedes. Inscrição: R\$ 75,00.

ECARTA ANFITRIÃ

22/9, 19h – Lançamento do livro *Um lugar para respirar*, de Iuri Rodrigues, jornalista sergipano.

Quinzenal – Cozinha Solidária – Preparação e distribuição de refeições para as pessoas em situação de rua de Porto Alegre, a partir da doação de alimentos à Fundação Ecarta.



VERISSIMO

A Compensação

Se Napoleão só foi Napoleão porque não conseguiu ser escritor, então temos esta justificativa pronta para o nosso estranho ofício: cada escritor a mais no mundo corresponde a um Napoleão a menos

Não faz muito, li um artigo sobre as pretensões literárias de Napoleão Bonaparte. Aparentemente, Napoleão era um escritor frustrado. Tinha escrito contos e poemas na juventude, escreveu muito sobre política e estratégia militar e sonhava em escrever um grande romance. Acreditava-se, mesmo, que Napoleão considerava a literatura sua verdadeira vocação, e que foi sua incapacidade de escrever um grande romance e conquistar uma reputação literária que o levou a escolher uma alternativa menor, conquistar o mundo.

Não sei se é verdade, mas fiquei pensando no que isso significa para os escritores de hoje e daqui. Em primeiro lugar, claro, leva a pensar na enorme importância que tinha a literatura nos séculos 18 e 19, e não apenas na França, onde, anos depois de Napoleão Bonaparte, um Victor Hugo empolgaria multidões e faria História não com batalhões e canhões, mas com a força da palavra escrita, e não só em conclamações e panfletos, mas, muitas vezes, na forma de ficção.

Não sei se devemos invejar uma época em que reputações literárias e reputações guerreiras se equivaliam desta maneira, e em que até a imaginação tinha tanto poder. Mas acho que podemos invejar, pelo menos um pouco, o que a literatura tinha então e parece ter perdido: relevância.

Se Napoleão pensava que podia ser tão relevante escrevendo romances quanto comandando exércitos, e se um Victor Hugo podia morrer como um dos homens mais relevantes do seu tempo sem nunca ter trocado a palavra e a imaginação por armas, então uma pergunta que nenhum escritor daquele tempo se fazia é esta que nos fazemos o tempo todo: para o que serve a literatura, de que adianta a palavra impressa, onde está a nossa relevância?

Gostávamos de pensar que era através dos seus escritores e intelectuais que o mundo se pensava e se entendia, e a experiência humana era racionalizada. O estado irracional do mundo neste começo de século é a medida do fracasso desta missão, ou desta ilusão.

Depois que a literatura deixou de ser uma opção tão vigorosa e vital para um homem de ação quanto a conquista militar ou política – ou seja, depois que virou uma opção para generais e políticos aposentados, mais compensação pela perda de poder do que poder, e uma ocu-

pação para, enfim, meros escritores –, ela nunca mais recuperou a sua respeitabilidade, na medida em que qualquer poder, por armas ou por palavras, é respeitável.

Hoje a literatura só participa da política, do poder e da História como instrumento ou cúmplice.

E não pode nem escolher que tipo de cúmplice quer ser. Todos os que escrevem no Brasil, principalmente os que têm um espaço na imprensa para fazer sua pequena literatura ou simplesmente dar seus palpites, têm essa preocupação.

Ou deveriam ter. Nunca sabemos exatamente do que estamos sendo cúmplices. Podemos estar servindo de instrumentos de alguma agenda de poder sem querer, podemos estar contribuindo, com nossa indignação ou nossa denúncia, ou apenas nossas opiniões, para legitimar alguma estratégia que desconhecemos.

Ou podemos simplesmente estar colaborando com a grande desconversa nacional, a que distrai a atenção enquanto a verdadeira história do País acontece em outra parte, longe dos nossos olhos e indiferente à nossa crítica. Não somos relevantes, ou só somos relevantes quando somos cúmplices, conscientes ou inconscientes.

Mas comecei falando da frustração literária de Napoleão Bonaparte e não toquei nas implicações mais importantes do fato, pelo menos para o nosso amor-próprio.

Se Napoleão só foi Napoleão porque não conseguiu ser escritor, então temos

esta justificativa pronta para o nosso estranho ofício: cada escritor a mais no mundo corresponde a um Napoleão a menos. A literatura serve, ao menos, para isto: poupar o mundo de mais Napoleões.

Mas existe a contrapartida: muitos Napoleões soltos pelo mundo, hoje, fariam melhor se tivessem escrito os romances que queriam. O mundo e, certamente, o Brasil seriam outros se alguns Napoleões tivessem ficado com a literatura e esquecido o poder.

E sempre teremos a oportunidade de, ao acompanhar a carreira de Napoleões, sub-Napoleões, pseudo-Napoleões ou outras variedades com poder sobre a nossa vida e o nosso bolso, nos consolarmos com o seguinte pensamento: eles são lamentáveis, certo, mas imagine o que seria a sua literatura.



Ilustração: Edgar Vasques



FRAGA

Coração, coitado

*Policiais também têm coração,
mas o cassete sempre bate mais forte*

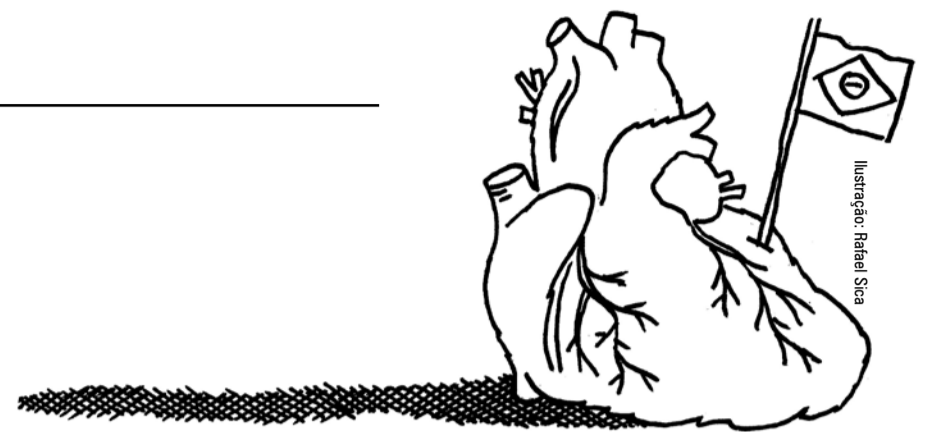
Dom Pedro, quem diria, veio ao Brasil outra vez. Se o país tivesse voz própria, na ausência de trono poderia receber o imperador com Cadeira Vazia, do Lupi: *Voltaste, estás bem / Estou contente / Mas me encontraste muito diferente.*

Seria um bom alerta ao Pedro I, que também mudou muito. Seu garbo, aquele que Pedro Américo idealizou às margens plácidas do Ipiranga, diminuiu visivelmente. Agora cabe todo numa urna, deitado eternamente em formol.

E o coração de dom Pedro, que em vida palpitou por duas esposas e várias amantes, agora teve que aturar o desnaturado Bozonazi. Puizé: em Brasília, um presidente sem coração recebeu o coração do imperador. Mas não foi transplante, apenas desplante.

De uma urna pra outra, o sobressaltado coração do brasileiro aguarda o 2 de outubro. Cardiopatas ou não, a gente torce que o coração nacional dispare em direção à democracia e não ao golpe. Já são quatro anos de estresse de uso contínuo. Basta! Nunca se vendeu tanto isordil e sustrate.

Mas antes do 2/10 passamos pela ameaça da nitroglicerina do 7/9. Como essa crônica foi teclada antes, sei lá se o Brasil sobreviveu ou se o horror patriótico nos levou a uma vasta UTI. Vai que na parada militar a sucata blindada deu vexame e fumacê outra vez e os milicos voltaram à alva paz dos meios-fios e troncos das árvores. Sossega, coração.



Do sobreaviso da farda oliva o coração gaúcho se alarma com a farda parda da brigada militar em São Gabriel: lá, por conta dos corações impulsivos de três brigadianos, um coração parou de bater aos 18 anos. É preciso investigar a fundo não só essa e outras trágicas abordagens a cidadãos, mas indagar insistentemente: o que há de insensível ou de insensato no peito dessa corporação? Policiais também têm coração, mas o cassete sempre bate mais forte.

Também de doer é a insuficiência cardíaca – não a fisiológica mas a sociológica. Deixar de amar é uma espécie de acidente cardiovascular, porém deixar de se importar com os desfavorecidos aí é sinal de pedra nos aurículos e ventrículos.

É de partir o coração ver esfomeados a comprar osso, pele e pé de galinha, soro de leite, feijão e macarrão quebrado, sobras de frios. Só mesmo supermercados empedernidos para lucrar até com a miséria extrema. Como bem diz meu amigo Gilson Camargo: os supermercados só não têm pena. É a política econômica 2G: Ganância à la Guedes.

Sob ela, até no Executivo e no Legislativo o poder aquisitivo caiu muito. Agora os corruptores menos ricos só conseguem comprar governante quebrado, pele de senador, carcaça de deputado e sobras de vereador.

Por essa pressão diária é que já coleí um post it no lado esquerdo da caixa torácica: Coração, se eu bobear, bombeia!

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



**Contribuir com o Sinpro/RS é investimento
com retorno garantido e imediato.**

D3



Garantia de direitos com as Convenções Coletivas de Trabalho



Os melhores planos de saúde e odontológico



Cartão do associado com descontos em produtos e serviços



Hotel Casa do Professor para associados e familiares em Porto Alegre

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão